



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 28

Sessão Ordinária Abril

2.º Reunião em 05/04/2019

Aos cinco dias do mês de Abril do ano dois mil e dezanove, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Manuel Souto de Miranda, secretariado pela Primeira Secretária Maria Arminda Rodrigues de Sousa Correia e pelo Vogal Francisco José da Silva Ferreira, na qualidade de Segundo Secretário, e com a presença dos Vogais, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Filipe Nuno Pereira Fernandes Tomaz, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Casimiro Simões Calafate, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Daniela Carla de Sousa Pinto, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Rogério António Gonçalves Cachide, Ana Cláudia Pinto de Oliveira, Fernando Sérgio Ferreira Carvalho, Antero Marques dos Santos, Joaquim Albertino Simões de Oliveira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Ana Maria Pinho Seiça Neves Ferreira, Jorge Miguel da Rocha Gonçalves, Marília Fernanda Correia Martins, Pedro Machado Pires da Rosa, Fernando Manuel Martins Nogueira, Sara Sandra Resende Tavares, João Carlos Rodrigues Morgado, João Miguel Moniz Laranjeira Silva, Rita Alexandra Monteiro Baptista, Filipe Seiça Neves Barbado Guerra, e Rui Carlos Medeiros Alvarenga.⁰⁰¹

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Nesta reunião da Sessão faltaram os deputados Daniela Marisa Pereira de Magalhães (Segunda Secretária), Maria da Glória Oliveira Gomes Neto Leite, Raúl Ventura Martins, e os Presidentes de Junta de Freguesia, Catarina Marques da Rocha Barreto e António Augusto Cruz de Aguiar.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara, José Agostinho Ribau Esteves, o Vice-Presidente Jorge Manuel Mengo Ratola, e os Vereadores, João Filipe Andrade Machado, Luís Miguel Capão Filipe, Maria do Rosário Lopes Carvalho, Manuel Oliveira de Sousa, e Joana Fonseca Valente.

Faltaram nesta reunião da Sessão os Vereadores, Ana Rita Félix de Carvalho, e João Francisco Carvalho de Sousa.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta Sessão dos vogais, Joana Filipa Ramos Lopes, João Carlos Jerónimo Monteiro de Barros, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Carlos Mário Magalhães Anileiro, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Nuno Manuel Marques Pereira, e Virgínia Maria Melo Matos, pelos sucedâneos nas listas de candidatura, respectivamente, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Rogério António Gonçalves Cachide, Ana Cláudia Pinto de Oliveira, Joaquim Albertino Simões de Oliveira, Jorge Miguel da Rocha Gonçalves, e João Miguel Moniz Laranjeira Silva.⁰⁰³

Os sucedâneos nas listas de candidatura, Emília Cristina da Cunha Gonçalves, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto, Eduardo Gonçalo Silva Antunes, e Andreia Patricia Pereira da Fonseca, pediram escusa.

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que o Presidente de Junta de Freguesia, Henrique da Rocha Vieira, se fez substituir nesta reunião da Sessão, por Daniela Carla de Sousa Pinto.

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando o Presidente da Mesa da Assembleia, relembrou os pontos da “Ordem-do-Dia” ainda constantes da convocatória para esta Sessão Ordinária de Abril, sendo os seguintes:

Ponto 3 - Apreciação e votação do Relatório de Gestão, Prestação de Contas, Balanço Social e Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva avaliação, de 2018, da Câmara Municipal de Aveiro;

Ponto 4 - Apreciação do Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2018 da Aveiro-Expo – Parque de Exposições de Aveiro, E.M.

Ponto 5 - Apreciação e votação de três Propostas de Recomendação e um voto de Saudação, apresentado pelo BE:

- a) **-Inclusão de análise à presença de Glifosato na água destinada ao consumo humano (abastecimento de água);**
- b) **-Por Aveiro, um município sem Glifosato nos espaços públicos;**
- c) **-Medidas de proteção das populações de abelhas e criação de apiários comunitários;**
- d) **-Voto de saudação à greve climática estudantil.**

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

Ponto 3 - Apreciação e votação do Relatório de Gestão, Prestação de Contas, Balanço Social e Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva avaliação, de 2018, da Câmara Municipal de Aveiro.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião Extraordinária, realizada em 29/03/2019, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

Continuando, o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara, para fazer a apresentação dos documentos.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[004](#)

"De forma muito sumária e fazia também a abordagem ao ponto três e quatro. Para dar nota de que 2018 foi um ano muito positivo. Cumprimos basicamente, os objetivos que se definiram para o exercício de 2018. Desde logo naquilo que foi um ano importante para uma fase, a finalização de uma fase de execução do nosso programa de ajustamento municipal, com o recebimento dos empréstimos do FAM e o pagamento às entidades que esperavam por ele como é evidente. E essa é uma componente muito importante do ano.

A esse nível conseguimos reduzir a dívida. Não é que fosse um objetivo muito importante, mas nesta dimensão de recuperação financeira foi um bom ano. E foi o ano em que transitámos para uma circunstância nova em que iniciamos o pagamento agora das tranches de capital e amortizações do empréstimo ao FAM. E ficámos apenas com uma empresa municipal em operação, que é a Aveiro Expo e, enfim, fechámos também a vida formal da MoveAveiro e da EMA. Depois de termos também liquidado a TA e a TEMA.

Portanto também foi um ano importante nessa dimensão das empresas municipais. O objectivo político que tínhamos assumido claramente para a gestão da nossa Câmara e obviamente o cumprimento da famosa lei 50 de 2012. E, obviamente, temos de cumprir a lei. E também foram dados passos muito importantes, como, aliás, se pode ver na Conta da Aveiro Expo, para acabar com a Aveiro Expo. Como se pode ver a Conta já está num estado, como se pode verificar, na gestão do seu Passivo, em que durante este ano de 2019 poderemos liquidar também a Aveiro Expo. Neste caso substituindo-a por uma outra entidade que estamos a ultimar a sua formatação jurídica, em que é para aí que o trabalho está encaminhado à muito tempo, que é ser uma Associação Privada sem fins lucrativos. Sabendo que temos além do processo das nossas decisões em Câmara e Assembleia Municipal, temos de ter Visto prévio do Tribunal de Contas. E, portanto, temos esse caminho para fazer. Sabendo que a gestão do Parque Feiras e de Exposições, não tem a compatibilidade com o quadro legal da gestão directa de uma Câmara municipal. Não é possível pura e simplesmente.

Portanto 2018 foi muito importante nesta dimensão da gestão. Foi também muito importante na outra dimensão que é o investimento. Foi de facto um ano de muitas operações em termos dos eventos municipais. E obviamente em termos dos projectos dos concursos e também de algumas obras de envergadura relevante como foi o caso (e sempre gosto de salientar) aqueles que respeitem às escolas, embora já inauguradas em Janeiro deste ano de 2019, o trabalho relevante na dimensão física e financeira das obras de requalificação da Jaime Magalhães Lima e da João Afonso de Aveiro, tiveram em 2018 um ano muito expressivo.

Portanto, nessa área, do Investimento, dos componentes com Fundos Comunitários e na outra componente muito importante também dos instrumentos que fazemos sem Fundos Comunitários, 2018 foi um ano importante. Um ano que marcou esta nossa fase que estamos a viver em 2019 e viveremos também 2020.

Sabendo também que houve uma outra, que além do mais nos trouxe aqui ao debate, e que junta estas duas componentes, a gestão do empréstimo do FAM e a gestão do Investimento, que foi obviamente a revisão do nosso programa de ajustamento municipal. E portanto, como disse na Câmara e digo-o aqui, bem sei que este debate é muito repetitivo e por isso esta introdução é sumária. De facto temos em muito pouco tempo aqui o debate sobre a mesma matéria. Foi o debate da revisão do Programa, que para mim foi o mais importante de todos, dadas a importância que estávamos a tomar na Revisão sobre a nossa gestão de 2018 e muito especialmente sobre a gestão de 2019 nomeadamente esta revisão do investimento. E obviamente a discussão que aqui também tivemos em fevereiro, na revisão do nosso Plano e Orçamento para integrarmos o Saldo do exercício de 2018, nos termos do Plano e Orçamento, mas também concretizando e passando a definir as verbas. E esta é o terceiro debate sobre a mesma matéria, mas que o fazemos com todo o gosto e com toda a intensidade com os colegas da Assembleia Municipal, mas pronto, tivemos esta anormalidade da nossa vida. A revisão do Programa. Enfim, não perspectivamos ter agora revisões do programa até ao final do presente mandato. A outra perspectiva é da operação que tivemos da integração de saldo, antes da decisão da conta, essa sim veio para ficar. E queremos fazer sempre assim, independentemente do saldo ser grande como foi em 2018 ou ser pequeno. E queremos que seja cada vez mais

pequeno, ano após ano. Mas essa prática de integrarmos o saldo na execução financeira antes da Conta, essa vamos mantê-la e isso fica claramente assumido.

Portanto estamos obviamente ao dispor para o debate deste balanço que fazemos muito positivo de um ano muito importante, de um ano de transição, de uma fase para a outra fase, em que obviamente a consolidação da recuperação financeira da Câmara, a consolidação da nova estrutura de gestão da própria Câmara é uma marca muito importante nesta transição e obviamente o crescimento do investimento que obviamente vai ser muito mais expressivo na sua dimensão física e financeira, como obviamente não poderia deixar de ser. À medida que os projectos e os concursos passam para obra a expressão financeira aumenta, como não poderia deixar de ser.

Portanto, Senhor Presidente, é esta a nota breve e objetiva que quero deixar nesta fase do nosso debate. Muito obrigado."

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [006](#)

"Ex.mo senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente de Câmara, senhores deputados e demais presentes. Em relação a este ponto começaria por uma nota muito breve em relação àquilo que é o balanço social. Pronto, são factos que estão aí presentes. Nota-se apenas do ponto de vista da composição daquilo que são os quadros da autarquia, um envelhecimento significativo na estrutura, especialmente ao nível dos homens, vale o que vale, mas não deixa de ser um elemento que deve merecer alguma preocupação e ponderação em relação àquilo que é o futuro da Câmara Municipal e a sua capacidade de laboral.

Em relação às Contas. Da nossa parte, tendo feito uma apreciação daquilo que é o relatório do ROC. Fica a preocupação em relação ao conjunto reservas que o ROC já tinha apresentado anteriormente e que se mantém. Nomeadamente quanto ao cadastro do imobilizado e o impacto das empresas participadas pelo município, as discrepâncias significativas entre as quantias reconhecidas a clientes e outros e que não é seguro que correspondam às diferenças dos proveitos por reconhecer. Os impactos das perdas potenciais das participações nas empresas municipais. São cerca de 8 milhões 151 mil euros, portanto, relativamente a recebimento de clientes, dos quais 3,1 milhões estão em risco de não cobrança!

Isto são aspectos que o que o ROC manteve reserva no passado e faz questão de manter no atual documento.

Em relação às Contas. Pronto, demonstram um conjunto de elementos que são importantes. Significativos, espero não me esquecer de nenhum, mas fica, portanto, a ideia de um conjunto de dívidas, da diminuição daquilo que é o Passivo da Autarquia. A passagem para o Saldo de Gerência no valor de 48 milhões. Fica também e é relevante quando falamos disto, da diminuição da dívida, o valor que é apresentado é de 8.200 mil euros. Verifica-se, como já tinha ficado claro anteriormente, que existe uma arrecadação muito significativa daquilo que são os impostos directos e indirectos. E aqui há um reconhecimento que é ver uma dinâmica que até é alheia à própria autarquia, porque tem a ver com a economia nacional e o peso do IMT e da Derrama, que são elementos que merecem ponderação.

Nota-se, um decréscimo da execução orçamental para 58%, menos 7% que em 2017.

A receita de impostos indirectos também representa uma execução superior em que os loteamentos e obras aqui têm um papel relevante.

Em relação aos Passivos. Nota-se dois elementos em relação àquilo que são os passivos de médio e curto prazo. De facto, regista-se a sua diminuição. Mas por outro lado,

registra-se uma alteração significativa daquilo que Passivo a longo prazo. Bem sei, tem a ver com dívida relativamente ao FAM.

De qualquer forma há que ressaltar que há um abatimento da dívida de acordo com que está nos documentos e que acreditamos estejam correctos com certeza. Portanto há uma parte da dívida que se transforma passando de médio curto prazo para longo prazo.

Existe uma redução dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias, o que nos parece também positivo. Terminava para já só com esta ideia. É que apesar de tudo, ao contrário ao que a Câmara já afirmou em anteriores documentos, o Passivo da autarquia continua a situar-se acima dos 100 milhões de euros!? Ainda não foi possível abater isto e o Senhor Presidente de Câmara recordar-se-á, foi até um aspecto que aqui foi debatido e o Senhor Presidente insistiu que já tinha baixado dos 100 milhões de dívida. Afinal, pelo que está nos documentos, nós na nossa perspetiva tínhamos razão. Tenho dito. Muito obrigado."

Vogal Rita Batista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta⁰⁰⁷

"Senhor Presidente é-nos aqui apresentado um documento onde é nítido o volume da arrecadação de impostos (directos e indirectos), bem como a venda de património municipal e perante isto é notória a diferença a diferença entre a despesas e a receita. Sendo que a receita é bastante engrandecida havendo um saldo positivo. Perante isto e perante o que o Senhor Presidente defende como as contas claras, a Câmara arrumada, depois é difícil verter isso na realidade do dia-a-dia do município. Porque vemos muita vontade de investimento, mas investimento dirigido a quem? Dirigido a quem procura o município numa perspectiva economicista e lucrativa em detrimento de um investimento no que deve ser a resposta social a quem a vive e trabalha em Aveiro.

Isso vê-se por exemplo quando nos focamos nas execuções sociais. Um dos problemas que Aveiro está a viver é a questão da habitação. Vemos que depois do Porto e de Lisboa, Aveiro é das cidades mais caras para se viver. E duma execução orçamental prevista de 44,5 milhões foram executados 4 milhões! Ou seja 9% dessa execução. E portanto a habitação não é prioridade para este executivo. Há pessoas que não conseguem aceder à habitação neste momento em Aveiro. Sabemos que a habitação social está a ser reabilitada, mas das 71 habitações, não sabemos qual a lista de espera porque nunca foi divulgada. E portanto não há uma aposta séria deste executivo com as funções sociais.

Como nesta comunicação se dá um relevo tão grande na Cultura e da aposta na Cultura, depois vemos que a recuperação dos espaços culturais previstos apenas 3.9 milhões, mas executado 34.200 euros. Ou seja, 0.88%. Mas depois pensamos num Festival dos Canais , que custa meio milhão euros aos aveirenses, quando devíamos recuperar espaços culturais ou habitação no município.

E portanto, este documento além de toda a parte contabilística é um documento que prova bem quais são a prioridades deste executivo e que não são as funções sociais.

Lembro também, da preocupação do Senhor Presidente para transformar a empresa municipal Aveiro-Expo e substitui-la por outra coisa, mas não houve essa preocupação com a MoveAveiro que tinha uma função social no município do direito à mobilidade dos munícipes. E não está maravilha. O transporte concessionado não está maravilha, como o Senhor Presidente apregoa tanto. Os utentes queixam-se. É um serviço que não dá resposta à maioria dos trabalhadores em Aveiro, que são os trabalhadores das grandes superfícies que trabalham até às 10 da noite, depois das 8:30 horas não há transportes em lado nenhum.

Portanto todas estas saudáveis contas do município, fica por esclarecer onde é que estão as respostas à vida do dia-a-dia das pessoas e das suas necessidades.

Também reafirmar que a dívida não é inferior a 100 milhões de euros. Este documento apresenta 102 milhões de euros!

Uma questão. Quando se refere no item de arrecadação de receitas onde "Outros Impostos" não aparece discriminado sendo de 2.1 milhões quando o total é de 3 milhões, por uma questão de transparência deveria estar aqui discriminado donde é que vem essa receita?

A preocupação do Bloco de Esquerda em relação à dívida, vai também no sentido de que há um aumento da dívida a longo prazo. E portanto, aquilo que nós já defendíamos quando nos opúnhamos a essa solução do PAM, o que se está a fazer é que se está a empurrar com a barriga e não se está a resolver o problema no concreto. E portanto o Senhor Presidente também deve ter uma palavra de como é que se resolve ou qual é a estratégia para a dívida considerada de longo prazo. Disse."

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁰⁹

"Senhor Presidente eu, começaria a minha intervenção com um protesto. Porque parece que os documentos distribuídos ao Bloco de Esquerda são incompletos, não trazem as páginas que dizem respeito ao investimento na Saúde, ao investimento na Educação, enfim, se isto não são preocupações sociais o que serão preocupações sociais.

Mas enfim, já estamos a ficar habituados. Assim como também ouvimos tanto reclamaram contra o FAM que nunca perceberam que o FAM era a transformação da dívida num empréstimo de médio longo prazo para permitir que a Câmara tenha uma gestão corrente normal coisa que não existia se não tivesse sido feita esta operação.

Relativamente às Contas, como o Senhor Presidente disse, já foram abordados vezes suficientes estes assuntos, não há nenhuma novidade, Os valores são o que são. Realçamos o resultado operacional positivo de cerca de 15 milhões de euros. Uma redução da dívida em cerca de 8 milhões de euros. A dívida em 31 de Dezembro era de 102 milhões de euros. Mas o balanço é uma fotografia numa determinada data. Nada nos diz e eu também não tenho nada que o prove, mas a dívida pode ter estado várias vezes abaixo dos 100 milhões de euros ao longo do ano.

O Balanço de uma organização qualquer que ela seja e a fotografia numa determinada data. A partir daí, quem quer ver a fotografia vê a fotografia, quem quiser ver o filme fica com uma informação muito mais completa, mas há certas pessoas que têm dificuldade em acompanhar o filme e ficam-se pela fotografia.

Notamos também e já aqui falada do Saldo de Gerência que transitou e das razões para esse saldo ser elevado.

De realçar também, e ouvimos o Filipe Guerra a falar das reservas do Revisor Oficial de Contas. Pena que não tivesse falado em todas as outras reservas que estavam no relatório do ano passado e que neste ano o revisor faz questão de voltar a referir, mas dizendo que essas reservas do ano passado foram todas resolvidas.

As que o Filipe referiu estão correctas. Estão no relatório. Mas a maior parte das que estavam no ano passado deixaram de estar. E portanto acho que também é importante ver que a organização da Câmara e a gestão da Câmara fez com problemas que tinham sido reportados este ano deixaram de existir.

Por fim uma palavra para a qualidade do documento. Eu às vezes sou crítico com a qualidade dos documentos. Desta vez penso que é um documento bem feito, bem estruturado, não é necessário andar a virar as folhas de um lado para o outro, todas num PDF devidamente feito, com leitura fácil, os meus parabéns à equipa que o produziu, que não certamente a vereação ou o Presidente da Câmara, porque isto é um documento de fazer e muito complexo para ler. Nenhum de nós aqui tem capacidades de aprofundar

estes números. Há Assembleias que têm um batalhão de pessoas para tratar isso a preceito e dar um resumo para os deputados municipais. Mas dizer que nós somos a favor destas contas e votaremos nesse sentido. Disse."

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta [010](#)

"Muito obrigado Senhor Presidente, boa noite a todos. Gostaria de começar por concordar com o Senhor Presidente da Câmara, de facto, esta conversa é um bocadinho repetida. Até porque a situação, a figura, mantém-se estável no tempo e, portanto, pouco mais me resta de fazer que não seja aqui repetir um conjunto de questões que já tive oportunidade de fazer.

De forma muito sintética. A primeira questão obviamente é para a nota do Saldo. Obviamente que esta é uma análise conjugada, e a primeira questão tem a ver com o elevado saldo que é transitado. Não percebemos bem de onde é que ele vem, qual é a proveniência, nomeadamente em termos de impostos, mas já abordámos essa questão, os municípios não tem formas muito alternativas de produzir receita. Portanto, basicamente termos impostos e eventualmente alguma venda de património.

Portanto nota um, saldo de gerência elevado. Nota dois, proveniência do Saldo de gerência predominantemente oriunda de impostos.

E também já tivemos oportunidade de repetir aqui, a questão é o que é que se faz este saldo de gerência? E, portanto, a opção continua a ser, na óptica do município, de investir utilizando esse saldo de gerência, a opção do Partido Socialista seria eventualmente outra, nomeadamente a de reduzir o montante da dívida para poder aliviar rapidamente ou mais rapidamente a saída do programa de assistência. Portanto o cenário é muito semelhante. Depois vem também a mesma pergunta, vamos admitir que sim, que vamos utilizar este montante para investir. E a pergunta volta a ser a mesma. Que investimentos e ao abrigo de que estratégia?

Portanto, muito sinteticamente, isto já foi uma coisa repetida. Só tenho uma pequena dívida que não tem a ver necessariamente com este documento, mas tem a ver com a informação financeira que vem apenas à comunicação do Senhor Presidente. Onde de 31/12/2018 para 28/02/2019, não vislumbro qualquer redução de dívida.

E, portanto, a dívida mantém-se estável nos 100 mil euros. É verdade aquilo que o Jorge Greno diz, mas estamos a falar de dois momentos temporais. Ou seja há uma manutenção, uma estabilização da dívida à volta dos 100 mil euros.

Há um excedente, mas a opção do executivo é utilizar esse excedente para investir. A opção do Partido Socialista seria utilizar isso para outro fim e não me querendo repetir mais, mas senhor Presidente deixe-me só dar uma nota (também já falámos disto) percebemos que vai ser feito investimento, mas o Partido Socialista também já o disse, não é que todo o investimento esteja desarticulado, mas poderia ter uma orientação mais estratégica.

Fico um bocadinho preocupado e li no Diário de Aveiro, quando o Senhor Presidente diz que não precisamos de uma estratégia, precisamos é de investimento. Estou a citar aquilo que li. Mas terá a palavra para me corrigir se eu estiver enganado.

Mas isto conjuga-se também dentro desta intervenção e para já é só."

Vogal Fernando Nogueira (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta [011](#)

Boa noite a todos. Em relação a este tema já houve realmente muita discussão. Ainda foi há muito pouco tempo, mas de qualquer maneira é contingente e foi afirmado, que se até

agora os objetivos de redução da dívida eram limitados, o ano 2018 não era um objetivo primordial. Também foi dito que 2019 é.

Então a pergunta que é muito direta, qual é a meta e o que é que nessa meta vai para além dos 8,5 milhões mais ao menos previstos, que é o encaixe da alienação do património?

Isso é importante sabermos ou partilharmos essa informação.

E a minha segunda parte da intervenção tem a ver no fundo, porque sabemos que existem aqui grandes apreciadores e o deputado Fernandes Thomaz gosta de números absolutos e eu resolvi trazer alguns. Sem vos maçar muito no quadriénio 2010/2013 (quatro anos) os impostos directos arrecadados foram 78 milhões. Neste último de 2014/2017 foram 112 milhões!

Há aqui uma diferença de 33 milhões a mais recebidos, o que configurando o que aqui foi dito, há um aumento brutal de impostos aos aveirenses.

E se nós quisermos ser honestos nesta discussão, também já foi dito, isto tem a ver com a aceleração da máquina económica, tem a ver com essas coisas todas, mas também tem a ver com uma coisa que já fizemos várias vezes referência, que são as opções sobre os limites do PAM.

E mais, interessa se calhar fazer a diferença entre os 33 milhões recebidos e apenas os 19 milhões abatidos na dívida.

Interessa se calhar perceber que aquilo que nós recebemos a mais em impostos em relação àquilo que foi abatido à dívida, representa mais de 78%.

E por isso os números absolutos são bons, mas é só para deixar os números e dizer que quando se introduz alguma falácia, usando os números pelas pessoas que são qualificados no seu uso, não parece muito bem.

Em relação às opções que se fazem relativamente ao uso do dinheiro no investimento e na recuperação, etc, temos aqui um ponto que tem estado mais ou menos na ordem do dia, que é, de facto, nós precisamos de perceber todos melhor o enquadramento numa estratégia das diferentes peças.

E começa a ser dramático aquilo que é a estratégia, que eventualmente existe, mas que não é aqui clarificada, depois nos deixa a pensar em peças que podem estar muito arrumadas na cabeça de algumas pessoas, mas não é certamente por falta de interesse ou ignorância minha que eu não sei qual é a estratégia. Muito obrigado."

Vogal Ângela Almeida (PPD/PSD)⁰¹²

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)⁰¹³

Vogal Pires da Rosa (PS)⁰¹⁴

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)⁰¹⁴

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD)⁰¹⁵

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰¹⁶

Presidente da Mesa⁰¹⁷

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰¹⁸

"Muito obrigado a todos. Filipe Guerra falou de uma questão que é uma preocupação objetiva - o envelhecimento da nossa estrutura de recursos humanos. E, obviamente, já estamos a desenvolver um conjunto de diligências de abertura de concursos para recrutar gente nova. O exemplo, já todos conhecem, é o Veterinário. Uma pessoa que sai enfim, com idade, no fim da sua carreira, e uma pessoa que entrará provavelmente a maior parte dos candidatos são gente em início de carreira. Portanto essa é uma preocupação e é uma necessidade que a Câmara tem em investirmos em recrutamento de recursos humanos.

Mas a realidade é diferenciada como tenho dito. Mas a sua nota é bastante pertinente e estamos atentos para aplicarmos estas medidas de rejuvenescimento.

Quando o relatório do ROC. Vocês falaram disto. É tudo claro. Temos ainda algumas reservas mas a análise comparativa das reservas do ano passado com este ano não tem nada a ver. Portanto, há uma melhoria muito relevante daquela que era a situação das nossas Contas no que respeita às "reservas" o que é obviamente uma dimensão muito importante.

Foi o que eu aqui disse há um ano. Na altura até tínhamos tido uma discussão interessante da Câmara, que foi o vereador João Sousa, dizer que eu devia ter negociado a "reservas" com os revisores e depois trouxe essa questão aqui. Mas eu sempre disse, não. Porque é muito importante essas reservas estarem nas Contas que é para saber qual é o real estado com o nosso compromisso. Porque daqui a um ano isso será muito diferente. É o que temos.

É de facto uma diferença muito relevante daquilo que tínhamos. Daqui a um ano essa relevância vai continuar, mas, obviamente, menos relevante. Porque a relevância foi maior foi neste ano.

Mas obviamente estão lá as questões que temos que continuar a tratar. Que estamos a tratar, por exemplo a questão do património, já teve um contributo muito importante neste ano de 2018, e obviamente, vai continuar a ter trabalho em 2019. E, portanto, o nosso objetivo é chegar às "reserva" zero. Esse é o nosso objetivo claramente e vamos-nos aproximar muito. Tivemos um bom progresso em 2018 e vamos aproximar mais em 2019. Vamos aqui só a duas outras questões. Primeira a dívida. Obviamente que o exercício de 2018, não tinha como objetivo uma redução relevante da dívida.

Perguntava, julgo que o Fernando Nogueira, qual é a meta? Muito claro. Nós agora por ano vamos reduzir cerca de 6 milhões, que aquilo que vamos pagar ao FAM e este ano, vamos ver o que é que acontece para a semana, vamos para uma hasta pública com 8,5 milhões, vamos ver com quanto lá vamos chegar. Vamos pressupor que são estes dois números, 6 mais 8,5, e portanto temos aqui cerca de 15 milhões.

A segunda questão é que se formos por aqui, vamos ter uma redução de dívida de 15%. Relembro o que aprovámos na revisão do PAM. Em 2021 atingir o rácio de 1,5 entre a dívida e a receita.

E aquilo que adicionalmente disse e repito hoje, julgamos que se verificarem uma conjugação de factores de dinâmica positiva como aquela que estamos a ter, pudemos antecipar esse 2021 para 2020. Disse-o e repito-o.

Estratégia clara, metas claríssimas, com uma certeza absoluta e que é a grande novidade na actual gestão da Câmara, não há despistes. Tudo o que se compra tudo é pago a tempo e horas e dentro dos prazos contratados.

Eu sei que para os Socialistas é sempre uma preocupação porque vocês preocupam-se em fazer despesas e depois há-de alguém de pagar. Não. Toda a despesa que fazemos é toda paga dentro dos prazos contratualizados.

Portanto é este planeamento e esta segurança que nós temos é a estratégia que foi bem definida e que está a ser executada como sabemos todos nesta Assembleia Municipal.

A outra questão é a coleta de impostos. Nós de facto, temos uma coleta adicional em vários impostos, incluindo obviamente o IMI, que em termos de valor absoluto é o maior contribuinte. Mas não o que mais cresceu em valores percentuais. Mas nós gostamos mais de crescimento de impostos em valores absolutos. São melhores.

Mas uma vez mais os números do Fernando Nogueira estão truncados. Isto até poderia ser preocupante. O que é que fizeram ao dinheiro?

Nós pagámos 50 milhões de dívida no quadriénio anterior. Mas espera aí o Fernando diz que é só 34 milhões, então o que é que aconteceu?

É preciso não esquecer que a redução de despesa na nossa Câmara, deu reduções nas despesas maiores de 8 milhões de euros por ano. Pessoal. Transportes - só as maiores. Imaginem só a nossa famosa renda dos armazéns gerais de 1 mil euros mês. Enfim. Há aqui um contributo importantíssimo na redução daquilo a que nós sempre chamámos a despesa dispensável.

Mas há outra despesa que nós queremos crescer. Queremos mesmo. Foi claro, claríssimo, no Plano e Orçamento e naquilo que estamos a executar, que é o investimento.

E para aí vamos e continuaremos nos eventos, na cultura, no desporto, nas obras, nos projetos, portanto esta é uma estratégia clara. Dita, redita, discutida, revisitada na nossa Assembleia Municipal várias vezes.

A outra questão a este nível é a estratégia global. Fernando Nogueira vem aqui com as palavras e pergunta qual é a estratégia!? É evidente que eu como democrata, sinceramente, nas duas últimas eleições autárquicas, acho sinceramente que os debates foram bons debates de estratégia de gestão da Câmara. Acho que foram bons debates. Com projetos diferentes, muito diferentes. E acho que quando os cidadãos escolheram as duas vezes, estava claro, para quem apresentou as propostas de estratégia e para quem escolheu, qual é a estratégia.

E o que se está a passar neste mandato e no mandato anterior é que já não estamos a discutir a estratégia, estamos executá-la. Só que o problema do Partido Socialista é que quando estávamos a discutir a estratégia e a escolhê-la, estava tão concentrado na sua proposta que não percebeu ainda que já por duas vezes os eleitores escolheram uma outra proposta.

A verdade é que escolheram. E nós estamos a executar essa estratégia apresentada. E reapresentada. Porque a estratégia base é exatamente a mesma. E agora que estamos a executar a estratégia, o Partido Socialista parece que acordou, 5 anos depois, e quer que a gente lhe explique a estratégia. Porquê? Porque ficou a olhar só para si.

E na política como na vida, quando nós ficamos a olhar só para nós perdemos a noção do que se passa no mundo. E o que se passa neste nosso mundo é que estamos, de facto, a executar uma estratégia.

Olhem, vamos publicar dois livros, para que esta coisa não tenha dúvidas em Aveiro e como dizia o Fernando para que fique explicada a estratégia. Vamos publicar dois livros. Um sobre a estratégia do planeamento ancorada na revisão do PDM e com os episódios todos. E vamos publicar um outro sobre a estratégia de recuperação financeira e de relançamento da Câmara Municipal de Aveiro.

Para que todos fiquem a saber da estratégia e para que fique na história deste município qual foi a estratégia.

Depois ainda há outra parte. Ok, se a nossa estratégia não fosse esta, que é de maximizar o investimento e ter a gestão da dívida com este planeamento controlado, antecipar para 2020 é a nossa estratégia, porque conseguimos fazê-lo na revisão do PAM maximizar o investimento.

Por causa daquela verdade dura de dizer e de ouvir, somos em várias infraestruturas o município mais atrasado do país. E o Fundo sabe isso, como nós sabemos. E, por isso nos deu esta autorização de termos uma dimensão extraordinária de investimento em 2019 e em 2020.

Agora, quando nós vamos comparar um bocadinho. Espera aí, será que a nossa estratégia era avisada? Gastem uma parte disso pelo menos a pagar já a dívida ao Fundo. Bem, digam lá quem teve essa ideia e que explique que parte do investimento municipal é que não fazemos? E a conversa acabou!

Independentemente das discordâncias e acho um aspeto muito positivo do mandato anterior e deste, dos nossos debates na Câmara e aqui, é a clareza da diferença de

posições. E isso é muito bom para a democracia. O que é péssimo para a democracia e quando andamos a ter posições radicalmente diferentes e no discurso parece tudo a mesma coisa. Isso é que é péssimo. Aqui é bom essa clarificação e esta diferença de opinião. Agora uma coisa é termos diferença de opinião. Outra coisa é alguém dizer "qual é a estratégia que eu não sei".

Não. Se não sabe é porque de facto há um não querer saber. Ou uma falta de atenção áquilo que vamos fazendo e às discussões que vamos tendo. Nem é preciso mais nada. Chegam as discussões que aqui temos tido a pretexto de tantas matérias.

Ó Rita Batista, enfim, é aquele mundo em que vocês vivem. Dou-lhe só o exemplo da Habitação Social. E aí está explicado em Português muito claro por que é que nós temos este saldo, por que é eu nós conseguimos um pico de investimento na revisão do programa, porque é que nós temos dinheiro de saldo, mas que todo ele tem destino. Um exemplo é a habitação social. Desde o início do ano passado está adjudicada à empresa Xavieres um investimento de 1,6 milhões no Bairro de Santiago.

No Centro 2020 mais no Tribunal de Contas, esteve lá parado um ano. Mas nós temos de ter o dinheirinho guardadinho para aquele investimento. Aí de nós que não o tenhamos. Para termos o Visto e para termos aquela folhinha sacramental, que a folhinha do cabimento e do compromisso. Sem isso o Tribunal de Contas não passa. Mas para ter isso é preciso ter o dinheirinho garantido.

No caso guardado, porque a obra vai agora arrancar porque chegou o Visto, finalmente.

Estamos a bater todos os recordes de investimento na habitação social.

Já lançamos um concurso e atribuímos 55 fogos, ontem na reunião de Câmara lançamos mais um de 24 fogos.

E lançámos porquê? Porque fizemos um brutal investimento já superior a 700 mil euros de qualificação dos fogos. Porque destes todos nenhum foi construção nova. Foram habitações que tínhamos, a maior parte delas sem qualquer condição de habitabilidade, e que investimos para lhes dar condições boas, com qualidade. Portanto é de facto uma área onde o investimento é alto e vai continuar a níveis elevados. Tomáramos nós que o IRHU que tem dois grandes bairros sociais no nosso município, o Griné e o Caião, com cerca de 300 fogos, tomara-mos nós que fizessem o investimento.

Reparem, nós até lhes arranjámos meio milhão de investimento a fundo perdido no nosso PEDU, que lhes entregámos. Projectos, pensamentos, terrotótótó... conversa da treta. Investimento zero.

É pá, deem lá uma ajudinha vós que governais a Pátria. Digam lá à rapaziada nomeada no IRHU que vocês mandam neles, ó pá façam lá o investimento em Aveiro. A Câmara até arranjou meio milhão para dar uma ajudinha. Deem lá uma ajudinha e deixem-se da conversa da treta.

Portanto, as operações que temos desenvolvido, por exemplo a Cultura. É verdade que o Távora e a Estação, as obras só começaram em Janeiro deste ano, é verdade. Mas para termos visto do Tribunal de Contas naquelas duas operações tínhamos que ter o dinheirinho guardado.

É evidente que dá muito mais gosto o que estamos a fazer hoje. Que ajustar a obra, chegar a factura com dezenas de milhares de euros e pagar. E pagar e ver a obra andar. Dá muito mais gosto do que lançar concursos, andar a fazer financiamento com o Centro 2020, andar a lutar para obter os Vistos do Tribunal de Contas, é fundamental para termos a obras, mas não dá tanto gosto, sabe.

Dá mais gosto e execução Rita, que é o que vamos ter. Nós vamos ter muito mais execução no orçamento de 2019 do que tivemos no orçamento de 2018.

E escrevi isso no documento de informação, para que não restem dúvidas. Muito do que tivemos de execução em 2018 é pagamento da dívida.

O primeiro ano em que vamos ter investimento, que é investimento, é 2019. As Grandes Opções do Plano estão muito executadas com o pagamento da dívida.

O primeiro ano que vamos ter investimento que é investimento é 2019. As Grandes Opções do Plano estão muito executadas com o pagamento da dívida. Agora não. Vamos ter investimento sério.

Agora gostamos muito do Festival dos Canais. Muito. É meio milhão de euros, foi quanto custou no ano passado e que nós damos por muito bem investido. E vai prosseguir esse investimento e vai aumentar o investimento na Cultura muito! Vai sim senhor. Estamos numa fase de crescimento. Na Educação vai subir brutalmente. Temos neste momento seis projetos. Ou melhor 5 projetos em desenvolvimento e um concurso lançado para requalificação de seis escolas. Vai aumentar muito mesmo. Esta é a nossa realidade. Esta é a execução da estratégia clara que apresentámos aos nossos cidadãos. E as consequências que vamos tendo da execução prática dessa nossa estratégia.

Nunca disse, Rita nunca disse. A Rita de vez em quando põe palavras na minha boca que eu não uso. Nunca ninguém me ouviu, nunca, ninguém me ouviu usar a palavra "maravilha" para falar da prestação da nossa concessão de transportes. Nunca! Aliás, eu normalmente a palavra maravilha tenho-a reservada para coisas muito "maravilhosas". Não é uma palavra que eu use de forma banal, não uso. Aquilo que vocês me têm ouvido dizer é que a nossa concessão já atingiu um patamar de bom.

E achamos que têm espaço de progressão para atingir o patamar que nós queremos que é o de muito bom. A seguir vem o excelente, e só seguir e que vem a "maravilha", que eu nunca utilizarei para analisar prestações de concessionários de transportes públicos.

E tivemos um compromisso com o Bloco de Esquerda. Embora a Rita não estava cá. Admita que não estava cá. Eu sei que vocês rodam e fazem vocês muito bem. Mas fizemos um compromisso aqui. As queixas que o Bloco de Esquerda receba sobre o mau funcionamento dos transportes reenviam para o nosso presidente.

E desde que aqui o assumimos, na ordinária de Fevereiro, ainda não me chegou nenhum email do Bloco de Esquerda.

Já me chegaram nestes 2 meses três ou quatro queixas de problemas de qualidade do serviço. Mas através do Bloco não! Mas depois chagam aqui e dizem "há muitas queixas". Não, fizemos aqui um compromisso as queixas que o Bloco receber manda aqui para mim para eu agir na esfera das minhas responsabilidades.

Agradeço ao Jorge Greno a ajuda na clarificação de alguns aspectos e que são muito importantes, nomeadamente a questão do ROC e que têm aqui uma intervenção muito especial. Relembro que foi o foco político principal de há um ano atrás. E bem. E bem porque o que estava lá eram coisas más. Eu não crítico. Critiquei o Vereador João Sousa por ter dito que eu devia ter "negociado"!

O relatório estava correcto. Apenas disse "esta é a verdade". Estamos a trabalhar para melhorar e correu bem. E vamos continuar para quer o próximo seja melhor como vai garantidamente ser.

Francisco Picado, pronto, isto está quase tudo dito. Eu não li a notícia do Diário de Aveiro, não sei. Realmente o Diário de Aveiro não mente, diz as coisas com verdade. Mas faz é sumários. Como na Câmara falamos muito. Ainda ontem tivemos três dossiers de desporto, os três primeiros pontos da ordem de trabalho eram sobre desporto. Falámos muito e o jornalista, coitado dele, duvido que tenha transcrito a nossa discussão. Enfim a notícia deve ser sumária. Mas terei muito gosto em falar da estratégia. Só para sumariar a ideia principal, foi quando o Manuel de Sousa falou da ideia de um plano estratégico para o desporto, que lhe respondi que não tínhamos como objectivo fazermos um plano estratégico para o desporto, do mesmo modo como temos para a cultura. Não temos esse objectivo.

Mas há uma estratégia clara e cristalina para o desporto. Na requalificação das infraestruturas, no apoio às associações, etc. E portanto esta estratégia estamos a executá-la, vamos executá-la, mas não vamos ter um plano. Portanto a minha ideia é esta que acabei de referenciar.

Há uma questão que a presidente Ângela Almeida trouxe e que eu só queria enfatizar. Que é, de facto, esta solidez com que hoje trabalhamos. Isto é muito importante para consolidarmos a reconquista de credibilidade que a nossa Câmara teve. Para que as parcerias que fazemos, seja com quem for, obviamente e, naturalmente, a Presidente Ângela falou mais das juntas de freguesia, mas essas e as associações, as muitas entidades com quem temos parcerias, nomeadamente a principal de todas, a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, as empresas que trabalham connosco, as que querem trabalhar as que pensam trabalhar. Esta solidez é importantíssima.

Podemos enfim, pensar isto já está conquistado agora vamos aligeirar. Jamais. Nunca, jamais, em tempo algum.

É uma capacidade fundamental que qualquer instituição deve ter. Mas a nossa teve um período muito longo de falta de credibilidade e tem que cuidar bem, porque ele ainda não está consolidada em absoluto e precisamos de a consolidar em absoluto. E consolidada mantê-la num patamar elevadíssimo. O mais possível em cima dos 100%.

Portanto essa é uma marca de água muito importante do ano 2018. Que no fundo é o ano que marca o fim, com uma ou outra exceção que a gente tenha, designadamente a exceção da dívida que não conseguimos pagar ao Ministério das Finanças.

O nosso Centeno está de tal forma deslumbrado com os 71 mil milhões de euros de impostos, que está a coligir do nosso povo, que não acha relevante receber os 2,4 milhões de euros que nós devemos ao Centeno! Isto é uma coisa inacreditável. Nós queremos pagar uma dívida e termos dois montes para a pagar, o monte do dinheiro e um terreno, e o Ministério das Finanças não quer receber. É uma coisa inacreditável. Tal é o enfado do nosso Ministro com a quantidade recordista de imposto que está a coligir Vejam ao que isto chegou. Nós ainda temos o dinheirinho na consta e não conseguimos pagar. As diligências já foram mais que muitas, já nem sei o que faça mais. Mas que está difícil está difícil. Espero não chegar ao final do ano e ter esse contributo para o Saldo. O que está aqui, uma parte do contributo para o Saldo é dinheiro que temos do Fundo e que não podemos pagar a parte maior. São 2,4 milhões que está na nossa conta, mas é para a dívida que temos para pagar mas que não conseguimos pagar. O dono da dívida está de tal forma consoladinho com os 71 mil milhões, que acha irrelevante receber mais 2,4.

Última nota é esta ideia final que o Manuel Prior deixou. Que é a ideia das Contas boas. Esta é uma ideia importantíssima. O Saldo está muito alto? Está. Queremo-lo mais baixo? Queremos. Mas essa é uma discussão de uma coisa negativa? Não, é de uma coisa positiva.

A dívida é alta? É. Mas está estruturada, está planeado o seu pagamento, está perfeitamente definida com uma estratégia clara, formal, escrita, como é que nós a vamos reduzindo. Isto é uma coisa muito positiva.

Que nota negativa tem estas contas? Nenhuma. Isto é muito bom. Isto tem uma importância enorme para a nossa vida como Câmara mas, obviamente, para a nossa vida como município que quer atrair mais investimento privado, mais investimento público, quer atrair mais gente, boas atenções, boas energias. Só quem tem boas Contas consegue fazer isso. E dizer-vos, 2018, sinceramente, a boa notícia principal que traz, é a transição da nossa Câmara, de uma fase longa demais, de más Contas, para uma fase que da minha parte vos garanto e seguramente espero que assim seja com os meus sucessores, será uma fase longa de Boas Contas e jamais regressar a este passado longo demais de muito más Contas. Muito obrigado."

Membros da Assembleia

Vogal Rita Batista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [020](#)

"Senhor Presidente, a forma como acabou a sua intervenção é clara naquilo que considera relevante enquanto representante da Câmara de Aveiro.

Dizer que as Contas estão boas, o caminho está traçado e é este que vamos seguir. O investimento queremos-lo, mas apenas nalgumas áreas, seja infraestrutura para beneficiar determinadas atividades económicas, seja infraestrutura para o centro da cidade para ser mais amigo de quem procuram município para a iniciar novos negócios. E depois, quando chegámos à parte das suas obrigações sociais, nunca há disponibilidade para isso. Diz, temos um programa de ajustamento para cumprir e o que estamos a fazer é o que é possível. E nunca é possível mais do que isso. Quando diz aqui que está a apostar muito em habitação social, dizer que primeiro não está a apostar muito. Se tivesse a apostar muito não alienava património habitacional. Porque um dos grandes e graves problemas em Aveiro é a falta de habitação a custos controlados. Quando diz que o que está a fazer é em benefício da população, de que população é que estamos a falar.

Porque temos uma população móvel de estudantes que está a chegar a um ponto que não consegue pagar rendas ao fim do mês. Porque Aveiro no espaço de 2 anos se tornou das cidades mais caras, tirando Lisboa e Porto é capaz de ser a 3ª cidade mais cara do país. Temos uma população fixa que não consegue viver no Centro de Aveiro, porque os preços são proibitivos para a maioria da população. E, portanto, vir aqui dizer que se está a trabalhar muito na área da Habitação é não falar a verdade.

Ou então, lá está, compartimentar tanto a ação da câmara que são, recuperar aquilo que é uma dívida com os habitantes dos bairros sociais de décadas, não está a fazer nada que já não devesse ter sido feito há 10 ou 20 anos atrás. E, portanto, naquilo que é a realidade atual, o Senhor Presidente não tem uma resposta. O investimento que tanto fala que quer em nada dá uma resposta aos problemas reais de quem quer viver em Aveiro.

Em relação aos transportes. É um nível bom de qualidade de serviço, diz o Senhor Presidente! Diga-me em que medida é que isso é compatível quando as pessoas às sete e meia da manhã, esperam um autocarro para se deslocar para o trabalho ou para a escola, e o autocarro não passa! Em que medida é que isso representa um nível bom de qualidade do serviço!

Ou quando havia um serviço público de transportes que garantia a maioria das deslocações dos municípios, desde a manhã até à noite, cobrindo turno de trabalho nocturnos, e agora quando isso deixa de existir, em que medida é que isso é um nível bom de qualidade no serviço que é prestado por um privado?

Quanto ao resto dizer o seguinte. Se tem um concessionário que não sabe dar conta das queixas e denúncias que lhes são feitas então está a haver um problema muito grave.

É grave que haja queixas que não lhes cheguem ao Senhor Presidente. Obviamente, o Bloco de Esquerda não compactua com um trabalho não remunerado, como sabe e, portanto, não vai fazer o trabalho que lhe cabe a si, e muito menos ao que cabe a um concessionário.

E por falar em trabalho não remunerado, deve-se lembrar que nós em 2018 apresentámos aqui uma proposta para acabar com o trabalho precário no município de Aveiro. O Senhor Presidente garantiu nesta Assembleia Municipal que não havia trabalho precário no município de Aveiro. Pois bem, este relatório apresenta dois contratos de emprego de inserção e, portanto, voltamos a dizer, não é uma forma de tratar quem trabalha de uma forma digna. Deve ser um trabalho, um contrato, um salário. Disse."

Vogal Fernando Nogueira (PS)⁰²¹

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta ⁰²²

“Brevemente. A posição do Partido Socialista está tomada, mas eu não resisto a dizer isto. A primeira Senhor Presidente é que fiquei muito espantado com a do Ministro Centeno não querer receber a dívida. Agora a história não deve ser bem assim. Eu explico-lhe como é que funciona. Há um IBAN da Direcção Nacional de Tesouro é só mandar fazer a transferência. A questão é que a situação deve ser um bocadinho mais complexa do que isso e o Senhor Presidente meteu aí um terreno e a Autoridade Tributária deve andar aí a discutir isso consigo.

Eu percebi o brilharete político, mas manifestamente não corresponderá à totalidade da história.

Mas há aqui sempre dois momentos concretos. Um é o PSD e o CDS que procuram passar por cima deles. Em bom rigor, seja feita justiça ao Senhor Presidente da Câmara que não faz mesmo que a sua bancada do PSD/CDS, mas houve três momentos distintos nos últimos 20 anos de gestão autárquica em Aveiro.

Dívida versus activo que o PS fez. Mas fez activo. E quando perguntou ao Partido Socialista onde deve ser retirado para fazer o pagamento da dívida, agora com a situação que temos, também podemos perguntar ao contrário. Digam lá quais foram as votações em que o PSD/CDS estiveram contra dos investimentos estratégicos que o DR. Alberto Souto fez na Cidade.

Tivemos foi um hiato de 8 anos onde só houve dívida! Da vossa responsabilidade, com a vossa aprovação. O Eng. Ribau Esteves não tem muita responsabilidade sobre isso, mas milita no mesmo partido, é só, mas foi com a vossa responsabilidade.

E muitos de vocês hoje aqui sentados estiveram aqui a votar. Nomeadamente o deputado Jorge Greno que chegou até a ter funções governativas como vereador do executivo.

Recordam-se tivemos aqui um empréstimo que também vinha solucionar a dívida de curto prazo para longo prazo, de 58 milhões de euros, num âmbito de recuperação financeira e aprovaram uma taxa fixa e isso foi mais do que avisado aqui de que era um erro. Eu não quero discutir isto para trás, mas às vezes tem mesmo de ser.

Dizer o seguinte: Se há dinheiro e se faz a estabilização da dívida, é nossa função, fazer o acompanhamento e a fiscalização do que é feito como o dinheiro. Como é evidente.

Uma coisa é gastar dinheiro com investimento estrutural para o município. Outra coisa é gastar em pão e circo. É assim.

A questão é: eu por exemplo não contra o investimento de 500 mil euros no festival dos canais. Mas sou contra que ele seja gasto em apenas 5 dias. 100 mil euros dia.

Quando por exemplo a AgitÁgueda são 600 mil euros de investimento, mas dura 23 dias.

Dir-me-ão que é um festival completamente diferente, que tem uma lógica concentrada etc. Bem sei que esse investimento não é só pra o cidadão aveirense. Mas é impossível ao cidadão aveirense assistir aos espetáculos todos. Eu a choque, estrategicamente, essa quantia era mais bem gasta se fosse feita não com tanta intensidade, já disse isso mais que uma vez, e não deixei de pensar assim, e o Senhor Presidente da Câmara tem todo o direito como é evidente de pensar de forma diversa.

Se todos podemos ganhar alguma parcimónia sobre isto, nomeadamente os largos minutos de fogo-de-artifício, por exemplo agora na Feira de Março eu gostei muito do fogo. Foi bonito. Mas é se é investimento estratégico para o município! Portanto há muita coisa que pode ser repensada e melhor pensada.

Nada contra a parte da reequação da dívida financeira com base numa almofada financeira do IMI. E devo dizer ao Fernandes Tomás tudo o que disse eu subscrevo por baixo. Agora, o que justifica esse aumento que foi feito, foi exactamente a economia

*nacional. Foi a economia nacional! Porque o boom da economia ou o crescimento, como quiserem, para quem não é tão socialista como eu, fez efetivamente aumentar a receita quer a nível de crescimento económico e Aveiro também beneficiou. Como é evidente. Quer no Turismo, quer na construção, mais IMT, etc.
E portanto isto é tudo uma perspectiva global da questão. Escusamos de estar todos a colocar as benesses nos partidos porque assim não vamos lá.
Estamos aqui. O Senhor Presidente diz ter uma estratégia para o município. O PS venceu a sua posição e aqui estamos."*

Vogal Jorge Greno (CDS)⁰²³

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰²⁴

Presidente da Mesa⁰²⁵

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²⁶

"Olhe Rita, eu lamento o seu discurso lamacento. Eu vou continuar com um discurso sério e a cuidar de não lançar insinuações sobre as pessoas.

Portanto fique na sua lama porque eu não vou misturar-me com a sua lama. Fique na sua penumbra, nesse mundo cheio de penumbra em que vive que eu fico no nosso sol. O Sol da nossa cidade, do nosso município, da nossa gente. E fique no seu exercício deleitado de mentiras que eu vou ficar no discurso rigoroso da verdade.

São mesmo mundos diferentes. Apesar do Fernando Nogueira queira defender acompanhando a companheira de trabalho. A verdade é que são mesmo mundos diferentes.

o que eu vou ficar no discurso rigoroso da verdade. São mesmo os mundos diferentes por mais que o Fernando Nogueira tente defender a honra a companheira de travar a verdade é que são muito diferentes.

Já sei que não nos quer ajudar no IRHU e noutra série de coisas. São de facto mundos diferentes. Eu sinto-me bem neste. Sinto que a maioria de nós é neste mundo que está. Sinto que os nossos concidadãos e neste mundo que estão. E é neste mundo que eu vou contando a viver e a trabalhar com todo o empenho e não nesse seu mundo lamacento de penumbra e de mentira.

Fernando Nogueira, a estratégia no passado é melhor mas vamos continuar a tê-la também. O PS é melhor que o do passado. Mas não percebeu que se escolheram uma estratégia, se reiterou a escolha de uma estratégia, que nós estamos a executar.

Mas obviamente que com toda a clareza nós vamos procurando ajudar no discurso da prática política, em que a estratégia esteja clara. E é bom que haja discordâncias. Obviamente viva a democracia e todos nós gostamos muito da democracia.

Pires da Rosa não é assim que se paga às Finanças. Eu depois explico-lhe com pormenor. Porque não é exatamente assim. Quando nós temos uma dívida o Tesouro emite uma nota de pagamento expressa com um número expresso para aquele pagamento. Parecido quando o meu amigo vai a um multibanco pagar a sua conta seja lá do que for. Tem um conjunto de códigos que lhe permite apenas fazer aquele pagamento. E, portanto, isto não é assim levianamente. A gente chega, pega no IBAN, perreupepeu...está pago. Olhe, não é assim.

Há uma referência que alguém tem de emitir. Aqui é o dono da dívida que tem de dizer o número para que possa dizer, muito bem, está tudo ok, é este número que tem que usar para pagar esta dívida.

Portanto a burocracia não exatamente tão ligeira. E eu acho bem que seja assim neste caso específico. Neste caso positiva neste caso específico, acho muito bem.

Ouçá lá, ó Pires da Rosa, você percebe que se fosse como diz eu já tinha mandado para lá o dinheiro. Este dinheiro cá só nos estorva. Para que quero eu cá o dinheiro. Tenho dívidas para pagar. Está na dívida. Tenho saldo, está no saldo. Para que quero eu o dinheiro a fazer na conta? Eu não sou desprovido. Se fosse assim tão simples chegar lá através do IBAN e tomem lá o dinheiro, já tinha ido porque aqui só estorva. Ouça, estorva na dívida e estorva na receita.

Agradeço ao Manuel Prior a referência à minha pontaria. E essa alusão humorada que eu acho bonito e bom e a nossa Assembleia tem essa condição de termos aqui discussões sérias. Mas também sabermos ter humor no debate. Eu gosto muito da minha vaca. Está no meu gabinete, precisamente, para sempre me estimular a ter pontaria.

Vamos procurando treinar na Feira de Março e treinar nesta lógica de definirmos objetivos. Lutarmos para os atingirmos. Ter a tal pontaria que o Manuel Prior quis exemplificar. Redefinir os objetivos. Obviamente não há aqui nada bíblico e imutável, mas é desta forma que nós queremos prosseguir este nosso trabalho de consolidação financeira, de crescimento no investimento, elevação da qualidade de vida para todos os nossos cidadãos, em primeiro lugar dos que vivem, dos que cá vêm, seja por pouco tempo seja por muito tempo, seja por trabalho seja por lazer.

2018 foi de facto e acho que este debate deixou claro, foi de facto um bom ano no sentido contributivo dessa qualidade, desse crescimento em que estamos de facto a fazer e que vamos continuar a fazer. E em 2019 fazer ainda com mais intensidade naquilo que é a recuperação financeira, com mais intensidade naquilo que é o crescimento investimento, e com a mesma intensidade naquilo que é o ganho de credibilidade para a nossa instituição. Muito obrigado."

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa, colocou à votação⁰²⁷ Ponto 3 - Apreciação e votação do Relatório de Gestão, Prestação de Contas, Balanço Social e Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva avaliação, de 2018, da Câmara Municipal de Aveiro, sendo a proposta aprovada por maioria, com dezanove votos a favor (PSD13+CDS6), duas abstenções (PS1+PAN1) e onze votos contra (PS8+BE2+PCP1).

Seguiram-se as declarações de voto:

Vogal Rita Batista (BE)⁰²⁸

“Senhor Presidente, faço das minhas intervenções a minha declaração de voto. E que fiquem registadas em acta.”

Vogal Francisco Picado (PS)⁰²⁹

“A minha declaração e voto é a minha primeira intervenção.”

Ponto 4 - Apreciação do Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2018 da Aveiro-Expo – Parque de Exposições de Aveiro, E.M.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião Extraordinária, realizada em 29/03/2019, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

Continuando, o Presidente da Mesa anunciou⁰³⁰ no seguimento das palavras do Senhor Presidente da Câmara que fez a apresentação do documento na intervenção de

apresentação do ponto anterior, proceder no imediato às inscrições para apreciação do documento.

Membros da Assembleia

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³¹

"Senhor Presidente, apenas para dizer que com este relatório termina finalmente a questão das dívidas antigas do grupo municipal e portanto o capítulo triste da história do nosso município é encerrado. E vamos em frente."

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa deu o documento do Ponto 4 - Apreciação do Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2018 da Aveiro-Expo – Parque de Exposições de Aveiro, E.M. - como apreciado.

Não houve declarações de voto.

Ponto 5 - Apreciação e votação de três Propostas de Recomendação e um voto de saudação, apresentado pelo BE:

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao proponente⁰³² das propostas e do voto de saudação para apresentação dos documentos.

Vogal João Moniz (BE)⁰³³

a) - Inclusão de análise à presença de Glifosato na água destinada ao consumo humano (abastecimento de água):

«O Glifosato é o herbicida não seletivo mais vendido no país e no planeta. É profusamente utilizado em meio agrícola e também no espaço público das zonas urbanizadas e nas vias de comunicação.

Em 2015, a Organização Mundial de Saúde classificou o Glifosato como comprovadamente cancerígeno em animais e provavelmente cancerígeno em humanos.

A Plataforma Transgénicos Fora recolheu e mandou analisar amostras de urina de 62 voluntários escolhidos aleatoriamente. Em julho de 2018, 44 apresentavam Glifosato na urina. Em outubro todas as 62 amostras continham esse composto. Esta análise mostra que a exposição ao Glifosato no país tende a ser continua e é bastante alargada na sociedade.

No entanto, apesar dos riscos para a saúde pública e da existência profícua na sociedade, os programas de controlo da qualidade da água que contemplam a análise à presença de vários pesticidas na água para consumo humano, deixam de fora dessa exigência o Glifosato.

O Bloco de Esquerda considera que as entidades gestoras da água destinada ao consumo humano à população do concelho de Aveiro devem incluir a análise à presença do pesticida Glifosato, nos mesmos moldes definidos para outros pesticidas, e tornar essa informação pública.

A Assembleia Municipal de Aveiro, na sua sessão ordinária de abril de 2019, delibera recomendar à Câmara Municipal de Aveiro:

"Que a as entidades gestoras da água destinada ao consumo humano à população do concelho de Aveiro incluam o Glifosato nas análises à presença de pesticidas que afetua."»

b) - Por Aveiro, um município sem Glifosato nos espaços públicos:

«Os riscos do herbicida Glifosato são sobejamente conhecidos e discutidos nos dias de hoje na sociedade portuguesa. E cresce igualmente a exigência de aplicação do princípio da precaução, tanto mais que um conjunto novo de dados tem vindo a ser conhecido.

A primeira proposta para proibir o Glifosato foi apresentada na Assembleia da República pelo Bloco de Esquerda, ainda na legislatura passada, no início de 2015 (projeto de resolução n.º 1408/XII, que “recomenda ao governo a proibição do uso do Glifosato”). Na presente legislatura, no início de 2016, o Bloco apresentou igualmente a primeira proposta sobre este tema (projeto de resolução n.º 180/XIII, que “recomenda ao Governo o voto contra a renovação do uso do carcinogénico Glifosato na UE e a implementação no país dessa proibição do uso”). De igual modo, este Grupo Parlamentar foi autor do primeiro e até agora único projeto de lei discutido e votado – em maio de 2016 - sobre Glifosato (Projeto de Lei n.º 232/XIII, que “proíbe a aplicação de produtos contendo Glifosato em zonas urbanas, zonas de lazer e vias de comunicação”).

Apesar da rejeição das propostas, mormente do projeto de lei, face à pressão popular que a discussão da temática gerou, a legislação de aplicação de fitofármacos foi alterada pelo governo. O Decreto-Lei n.º 35/2017, de 24 de março, veio alterar a Lei n.º 26/2013, de 11 de abril e, especificamente o número 5 do artigo 32.º passou a constar o seguinte:

5 - Sem prejuízo do disposto no artigo 31.º e nos n.ºs 1, 2, 3, 4, 9 e 10 do presente artigo, não são permitidos tratamentos fitossanitários com recurso a produtos fitofarmacêuticos:

a) Nos jardins infantis, nos jardins e parques urbanos de proximidade e nos parques de campismo;

b) Nos hospitais e noutros locais de prestação de cuidados de saúde bem como nas estruturas residenciais para idosos;

c) Nos estabelecimentos de ensino, exceto nos dedicados à formação em ciências agrárias.

A alteração da legislação foi de facto um avanço e o reconhecimento de um problema real, mas ainda assim tímido face às necessidades. Por exemplo, é interditado o uso de pesticidas em escolas e hospitais, mas à porta e nos passeios à sua volta é possível essa aplicação, o que é um contrassenso. E, mais gravoso, o número 6 do mesmo artigo prevê exceções à aplicação de pesticida nesses locais. Para além do mais, o uso de pesticidas continua permitido na generalidade do espaço público.

A classificação de provavelmente cancerígeno em humanos e outros riscos para a saúde

A discussão do projeto de lei do Bloco de Esquerda em 2016 decorreu após a Organização Mundial de Saúde ter classificado o Glifosato como comprovadamente cancerígeno em animais e provavelmente cancerígeno em humanos.

Também o Bastonário da Ordem dos Médicos reconhecia que “para o Glifosato a conclusão é clara: este herbicida deveria ser suspenso em todo o mundo” (editorial da Revista da Ordem dos Médicos, n.º 161). Tratava-se do herbicida mais vendido no país. O risco que a sua utilização implica para a saúde pública é imenso, o que apela à ação, como refere o próprio.

A Agência Internacional para a Investigação sobre o Cancro da Organização Mundial de Saúde (IARC-OMS) identificou a relação entre a exposição ao herbicida e o Linfoma não-Hodgkin e declarou - em março de 2015 - o Glifosato como “carcinogéneo provável para o ser humano”. Mas, como é referido pelo Bastonário da Ordem dos Médicos, há aspetos que “levam a crer que o parecer do IARC poderá estar a pecar por defeito. As avaliações têm-se focado essencialmente no princípio ativo - o Glifosato propriamente dito - muito

embora a formulação comercial contenha outros compostos químicos. Investigação consistente aponta para que uma fatia significativa da toxicidade total dos pesticidas possa ser atribuída a esses adjuvantes (BioMed Research International. Vol 2014, Article ID 179691)”.

Na realidade portuguesa, os números relacionados com o Linfoma não-Hodgkin são terríveis: este tipo de cancro de sangue é dos cancros que mais se regista em Portugal, com cerca de 1.700 novos casos por ano.

Em maio de 2018, um estudo científico em ratos de laboratório dava conta que o Glifosato pode ser um disruptor do desenvolvimento sexual, dos genes e das bactérias intestinais benéficas.

No dia 10 de fevereiro do presente ano, foi publicado o estudo científico “Exposure to Glyphosate-Based Herbicides and Risk for Non-Hodgki, Lymphoma: A Meta-Analysis and Supporting Evidence” na ScienceDirect cuja principal conclusão é que existe um risco acrescido em 41% para os trabalhadores que estão em contacto com o referido herbicida.

Antes, em agosto de 2018, um tribunal norte-americano declarou a Monsanto culpada por não ter avisado um jardineiro dos riscos que incorria de contrair cancro no uso do Roundup e RangerPro (onde o princípio ativo é o Glifosato). O tribunal considera que a empresa agiu de má-fé e que foram os seus produtos que contribuíram substancialmente para a doença terminal de que Dewayne Johnson padece. A empresa recorreu da sentença. O elemento mais relevante do julgamento foram os emails internos da Monsanto que foram divulgados que mostram como a indústria fez “bullying” a cientistas, como suprimiu provas do risco de cancro e como de uma forma geral lutou contra a ciência e cientistas independentes. Um documento interno mostra ainda como as relações públicas da Monsanto planearam a resposta à eminente declaração da Organização Mundial da Saúde sobre o potencial cancerígeno do produto.

Uma União Europeia que falhou na defesa dos seus cidadãos e o plágio

Entretanto, em 2017, a União Europeia prolongou a licença do Glifosato em mais cinco anos após um processo moroso e polémico. A aprovação foi aliás tangencial. Apenas a alteração do voto da Alemanha, que acabou a votar favoravelmente, permitiu que o “sim” ao prolongamento da licença atingisse 65,71% da população comunitária, pouco acima dos 65% necessários para qualificar a votação “sim” como maioritária. Nove países votaram contra: França, Itália, Bélgica, Grécia, Croácia, Áustria, Chipre, Luxemburgo e Malta. Registou-se apenas uma abstenção: Portugal. Ainda assim a decisão frustrou as expectativas da indústria que pretendia um alargamento de 15 anos da licença.

Na altura, 1,3 milhões de cidadãos europeus assinaram uma petição para que este composto fosse banido. No entanto, o argumento mais forte para a aprovação da licença acabou por ser a decisão da Autoridade Europeia para a Segurança Alimentar (EFSA) que declarou que o Glifosato não apresentava riscos de ser cancerígeno. Essa deliberação da EFSA foi baseada num relatório preliminar pelo instituto público alemão Bundesinstitut für Risikobewertung (BfR).

Sabe-se hoje que esse relatório de 4 mil páginas foi o resultado de plágio e “copy-paste” de um documento da indústria agroquímica, em concreto do dossier de homologação produzido pela Monsanto e outras empresas do ramo.

Este caso levou a que o estudo “Detailed Expert Report on Plagiarism and superordinated Copy Paste in the Renewal Assessment Report (RAR) on Glyphosate” fosse solicitado por eurodeputados do GUE/NGL, dos Verdes e dos Socialistas. A análise foi levada a cabo pelo especialista em plágio austríaco Stefan Weber e pelo bioquímico Helmut Burstcher, da ONG Global 2000. Para o efeito foi utilizado o software WCopyfind para comparar os dois relatórios e concluiu-se que 50% do documento do BfR foi plagiado e 70% é resultado de cópia em relação ao documento da indústria.

Daqui se conclui que o relatório em que se baseia a decisão de expansão do prazo de licença do Glifosato não é credível. Mais se percebe do grave sequestro de entidades públicas pela indústria.

Este escândalo levou aliás o Parlamento e o Conselho Europeu a acordarem um conjunto de medidas para aumentar a transparência e a independência da avaliação de risco de produtos fitofármacos. Acordaram ainda o fortalecimento da cooperação científica e da governança entre estados-membros e o desenvolvimento de uma comunicação de risco compreensivo. Na essência, a união Europeia viu-se obrigada a alterar as suas próprias regras depois do descalabro da avaliação do risco do Glifosato.

A 15 de janeiro, um tribunal francês cancelou a licença do Roundup Pro 360 (herbicida à base de Glifosato) face às preocupações com riscos para a saúde humana, nomeadamente no que se refere ao cancro. De resto, a França anunciou que irá reduzir em 85% o uso do Glifosato no país, começando pela sua interdição no espaço público. Já a Alemanha prepara-se para proibir este composto em 2023.

Um composto omnipresente

O Glifosato, enquanto herbicida, tem uma utilização sistémica não seletiva, é de venda livre e fácil acesso e é o mais vendido no país. É utilizado ao nível do solo para limpar os campos antes das sementeiras, mas também na água como desinfetante.

No país, o seu uso é generalizado na agricultura e também nos serviços de autarquias que o aplicam em praças, jardins, passeios, estradas e cemitérios. Este composto tem sido ligado a vários problemas ambientais e de saúde pública por diversos estudos científicos.

A nível internacional é especialmente usado na agricultura com organismos geneticamente modificados, dado que muitas das variedades OGM são especificamente resistentes e imunes a este químico. O Glifosato é, aliás, o composto principal do “Roundup”, um pesticida que rende, por ano, 5 mil milhões de dólares à Monsanto.

Vários estudos têm demonstrado que o Glifosato tem uma presença sistémica nas nossas vidas, nomeadamente em comida própria para pequeno-almoço de crianças, no pão, em tampões e pensos higiénicos, em cerveja e em toda uma variedade de produtos alimentares. A Plataforma Transgénicos Fora recolheu e mandou analisar amostras de urina de 62 voluntários escolhidos aleatoriamente. Em julho de 2018, 44 apresentavam Glifosato na urina. Em outubro todas as 62 amostras continham esse composto. Esta análise mostra que a exposição ao Glifosato no país tende a ser contínua e é bastante alargada na sociedade.

Glifosato no espaço público e nas autarquias do país e em Aveiro

Antes da discussão do seu projeto de lei em 2016, o Bloco de Esquerda questionou por escrito todas as Câmaras Municipais do país sobre se utilizavam Glifosato no espaço público. Das 107 autarquias que responderam, 89 admitiram que usam e 18 que já não o usam.

No caso de Aveiro, durante o ano de 2015, os serviços da autarquia usaram no espaço público e nas vias de comunicação 185 litros de Glifosato (15 litros da marca “marqui”, 10 litros da marca “montana” e 160 litros da marca “Touchdown Premium”).

O Glifosato era assim omnipresente no tratamento do espaço público. A situação poderá não se ter alterado significativamente. No entanto, publicamente várias autarquias deram conta de ter abandonado o uso deste herbicida e de terem adquirido equipamentos para o tratamento de espaço público com outros métodos. Este facto mostra que é possível que autarquias, independentemente da sua dimensão, possam abandonar os métodos fitofármacos de tratamento do espaço público.

A título de exemplo, no início deste ano, a Câmara Municipal do Seixal anunciou a compra de três equipamento para o tratamento das ruas por monda térmica, precisamente para abandonar o uso de Glifosato.

Princípio da precaução e proteção integrada

Atendendo às evidências científicas de que o Glifosato é cancerígeno, a população deve ser protegida e não ser exposta sem escolha a este composto. Nesse sentido deve-se interditar o uso do Glifosato.

A proteção integrada é o modelo defendido quer por especialistas, quer pela legislação europeia (Diretiva n.º 2009/128/CE) para a aplicação de pesticidas. Nesse sentido, avaliada cada situação, devem ser estudadas as soluções não químicas (métodos mecânicos, térmicos ou outros) ou químicas a adotar. Esta metodologia tem também como objetivo diminuir o recurso ao uso de pesticidas. Existindo autarquias e modos de produção agrícolas que não usam Glifosato, a sua prática deve ser generalizada.

Os Estados podem e devem decidir proteger a saúde pública

Os Estados-membros podem optar pela proibição de pesticidas no seu território. O artigo 12.º da Diretiva n.º 2009/128/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de outubro de 2009, que estabelece um quadro de ação a nível comunitário para uma utilização sustentável dos pesticidas, prevê que “os Estados-Membros asseguram que a utilização de pesticidas seja minimizada ou proibida em certas zonas específicas” nomeadamente “zonas utilizadas pelo público em geral ou por grupos vulneráveis, na aceção do artigo 3.º do Regulamento (CE) n.º 1107/2009, como parques e jardins públicos, campos desportivos e recreativos, recintos escolares e parques infantis, e na vizinhança imediata de instalações de prestação de cuidados de saúde”.

O artigo 14.º do mesmo diploma prevê que “Os Estados-Membros tomam todas as medidas necessárias para promover a proteção fitossanitária com baixa utilização de pesticidas, dando prioridade sempre que possível a métodos não químicos, a fim de que os utilizadores profissionais de pesticidas adotem práticas e produtos com o menor risco para a saúde humana e o ambiente entre os disponíveis para o mesmo inimigo da cultura em causa”.

A 13 de abril de 2016, o Parlamento Europeu aprovou uma recomendação à Comissão Europeia para que seja proibida a utilização de produtos com o Glifosato em espaços urbanos.

A urgência de banir o Glifosato no espaço público no país e em Aveiro

O grupo municipal do Bloco de Esquerda foi o primeiro e único a apresentar uma proposta para banir o Glifosato no espaço público em Aveiro, na sessão ordinária de fevereiro desta Assembleia Municipal. A proposta acabou rejeitada, mas o presidente da autarquia garantiu que os pesticidas com Glifosato iriam deixar de ser usados no espaço público assim que acabasse o stock.

Consideramos aos desenvolvimentos entretanto ocorridos com a descoberta da influência da indústria nas decisões europeias sobre este químico, a sua omnipresença na sociedade e nos corpos de cidadãos residentes, o facto de várias autarquias terem abandonado o uso do Glifosato e adotado meios alternativos, aos princípios da precaução e da proteção integrada, a crescente alarme social e os respetivos riscos para a saúde pública, consideramos que estão reunidas as condições para Aveiro ser declarado município sem Glifosato nos seus espaços públicos.

A Assembleia Municipal de Aveiro, na sua sessão ordinária de abril de 2019, delibera recomendar à Câmara Municipal de Aveiro:

- 1. Que estude e implemente um plano alternativo à utilização de Glifosato, promovendo espaços públicos livres de pesticidas, com recurso a meios mecânicos, térmicos, manuais ou outros;*
- 2. Que abandone em definitivo a utilização de pesticidas à base de Glifosato em espaços públicos em Aveiro.»*

c) - Medidas de proteção das populações de abelhas e criação de apiários Comunitários:

«A população de abelhas está em declínio a nível mundial. O uso de pesticidas, as alterações climáticas, a perda de biodiversidade vegetal e o mono cultivo, a poluição e a perda de habitats, assim como a existência de espécies invasivas são os fatores responsáveis referidos por vários estudos científicos e relatórios.

As abelhas e outros polinizadores são fundamentais para a segurança alimentar uma vez que cerca de três quartos das colheitas alimentares do planeta dependem das abelhas e de outros polinizadores para fertilizar as suas flores. É estimado que 84% das espécies vegetais e 76% da produção alimentar na Europa depende da polinização. Acresce que a apicultura é uma importante atividade económica e social que dinamiza as zonas rurais e o seu desenvolvimento, permitindo a criação de emprego. A apicultura potencia ainda a polinização, contribuindo para a manutenção da diversidade genética das plantas e para a preservação da biodiversidade como um todo. Em 1999, a Convenção sobre Diversidade Biológica, reunida em São Paulo, emitiu a “Declaração dos Polinizadores” onde reconhecia a situação crítica deste grupo de espécies e o seu papel fundamental para a biodiversidade.

No caso particular dos pesticidas, as abelhas estão facilmente expostas direta e indiretamente, nomeadamente através do seu deslocamento no vento e pela contaminação das águas, do néctar e do pólen. O uso ao ar livre de alguns pesticidas neonicotinoides está proibido na União Europeia para proteger as populações de abelhas.

A Vespa velutina nigrithorax, também conhecida por “vespa asiática”, tem surgido de forma alarmante em mais zonas do país e tem já uma elevada presença na região de Aveiro. A Vespa velutina preda artrópodes variados, com maior incidência em himenópteros, como as abelhas polinizadoras. Contudo, esta espécie não faz polinização. Perante as condições favoráveis que encontra em Portugal, a Vespa velutina expande continuamente a sua área de ocorrência, causando impacto em zonas progressivamente mais alargadas. Esta propagação traduz-se em ameaças para o meio ambiente, para a agricultura, para a saúde pública e para a apicultura.

A presente proposta recomenda a implementação de um conjunto de medidas de proteção das populações de abelhas, nomeadamente com campanhas próprias para a proteção das abelhas e para os riscos e comportamentos perante a vespa velutina. Recomenda ainda que a autarquia crie um programa de apiários comunitários, deixando ao executivo a melhor forma de implementação, nomeadamente de modo próprio ou podendo recorrer a protocolos com associações sem fins lucrativos.

A Assembleia Municipal de Aveiro, na sua sessão ordinária de abril de 2019, delibera recomendar à Câmara Municipal de Aveiro:

- 1. Campanha de sensibilização para a proteção da população de abelhas, nomeadamente programas de educação ambiental;*
- 2. Criação de apiários comunitários;*
- 3. Promova uma campanha de informação sobre a Vespa velutina, sobre os riscos associados e os comportamentos a adotar sempre que são detetados novos ninhos.»*

d) -Voto de saudação à greve climática estudantil:

«A Greve Climática Estudantil decorreu em todo o globo na passada sexta-feira 15 de março. Em cerca de três dezenas de localidades portuguesas, milhares de alunos faltaram às aulas e saíram às ruas em protesto contra a inação face às alterações climáticas.

Tudo começou quando Greta Thunberg, ativista sueca de 16 anos, decidiu, em agosto de 2018, fazer greve às aulas em frente ao parlamento sueco, segurando o famoso cartaz

“Greve à Escola pelo Clima.” O seu objetivo era chamar a atenção dos políticos e políticas suecas para a resolução séria e eficaz da crise climática.

Saudamos e apoiaremos as mais diversas formas de luta que façam da resolução da crise climática a sua prioridade, cumprindo medidas como as reivindicadas no manifesto da Greve Climática Estudantil.

Com esta greve, milhares de jovens protestam contra a inércia das e dos governantes face às alterações climáticas, exigindo uma mudança de paradigma, nomeadamente a proibição da exploração de combustíveis fósseis em Portugal, a expansão significativa das energias renováveis, particularmente da energia solar (a produção elétrica ser 100% assegurada por energias renováveis até 2030) e o melhoramento eficiente e drástico do sistema de transportes públicos.

O atual sistema económico, extrativista, assente em combustíveis fósseis, em bens não duráveis e num sistema de produção orientado exclusivamente para a acumulação de capital é incompatível com a sustentabilidade ambiental. A urgência climática tem que levar as nações a alterar a formas de organização social e económica geradoras de crises humanitárias e de destruição da biodiversidade. A resposta às necessidades sociais deve ser dada por modos de produção sustentáveis.

Em Portugal, os efeitos do aquecimento global são visíveis, em particular nos incêndios florestais, na erosão costeira e na maior frequência de fenómenos climáticos extremos. Em breve, se nada for feito, as alterações climáticas atingirão um ponto de não retorno com efeitos devastadores para a natureza e para a humanidade.

Tal como as e os estudantes, também nós consideramos que é tempo de governar para o futuro, com verdadeiras políticas sustentáveis, mudando o paradigma das políticas que tem sido base da mesma atitude e comportamento de sempre: a destruição imparável do meio ambiente e do planeta Terra.

É hora de todas e todos nós, jovens e menos jovens, trabalhadoras e estudantes, lutarmos com vigor contra aqueles que pretendem continuar a usurpar e delapidar os nossos recursos naturais, que não respeitam as árvores, os animais ou as florestas do nosso planeta, mas também do município.

Em defesa do Planeta e pelo combate às alterações climáticas, saudamos o movimento estudantil. O nosso bem hajam!

Assim, a Assembleia Municipal de Aveiro, reunida em sessão plenária de abril, delibera:

- 1. Saudar o movimento estudantil e a greve climática estudantil na prossecução de medidas que contribuam para o melhoramento das decisões políticas e na salvaguarda do meio ambiente, encorajando a juventude e toda a sociedade à expressão cívica da maior exigência quanto à adoção das medidas urgentes necessárias para enfrentar as alterações climáticas.*
- 2. O envio desta saudação a todos os Agrupamentos Escolares do Município e às Associações de Estudantes e Jovens do concelho.»*

Membros da Assembleia

Vogal Rui Alvarenga (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [035](#)

"Obrigado Senhor Presidente. Primeiro para dizer que a forma como nós tratamos e abordamos e enunciando os problemas, reflete um pouco ou muito, da forma como valorizamos o problema. O Glifosato é um problema gigantesco. Por trás do Glifosato está um lóbi fortíssimo, de milhões. E isso faz com que muitos incautos continuem a achar que isto é algo que não traz problemas para a sociedade civil e para o futuro do nosso planeta. E especialmente às próximas gerações. Nós temos levado à Assembleia da República também várias medidas, aliás, algumas em simultâneo praticamente como o

Bloco, e também o Partido os Verdes que também têm apresentado as medidas, e elas têm ser sido sucessivamente rejeitadas em relação a este problema.

Há Câmaras de facto que já abriram os olhos. Portanto que não misturam o café com chá de Glifosato, e portanto não acham que é a mesma coisa. E têm de facto agido com muita responsabilidade em relação a esta matéria. Têm encontrado soluções alternativas que estão a ser já implementadas. Ficam algumas delas um pouco mais caras. Mas estamos a tratar da vida das pessoas e da saúde das pessoas e, portanto, nós aqui já trouxemos também uma recomendação neste sentido.

Portanto, todas as recomendações que o Bloco traz hoje são muito pertinentes e têm estatuto de serem tratadas de forma individual, com profundidade e com grande reflexão.

A superficialidade, a insistência nesta superficialidade, em relação a estes temas assustam-me. Assustam-me verdadeiramente. Nós aqui já trouxemos o argumentário das gerações futuras para fundamentar de tudo. Até, imaginem, o IMI social!

E quando depois aquilo que substancia ou que devia substanciar, a nossa real preocupação para com os nossos filhos, os nosso netos, e as gerações futuras, é tratado sempre com esta leviandade. É assustador ver pais, professores, pessoas que trabalham no processo de decisão, virarem sempre as costas de forma recorrente nestas matérias. Portanto dizer que estamos com as quatro propostas e o nosso voto será favorável. Obrigado,"

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁶

"Senhor Presidente, pelo que percebi o debate irá ser todo em simultâneo? Portanto farei a minha intervenção sobre as várias matérias em apreço.

Em relação ao Glifosato. Nós da nossa parte temos uma perspectiva de dúvida e preocupação em relação ao uso desta substância.

Efetivamente existem as maiores desconfiâncias em relação àquilo que é o seu impacto, portanto, nos vários tipos de terrenos, dos solos, e na própria da própria vida humana. Contudo, nós consideramos que independentemente de medidas que se possam tomar, era importante (e isto foi um projecto de resolução apresentado pelo PCP na Assembleia da República) se pudesse criar uma comissão multidisciplinar, composta por gente de diversas áreas, desde saúde, ambiente, enfim, de áreas que tenham relação com isto, enfim a economia, a agricultura. Um conjunto de entidades que se pudessem reunir, entidades públicas, com carácter científico e técnico, fossem capazes de tomar uma decisão definitiva em relação à interdição da utilização deste produto à escala nacional e não apenas num determinado concelho.

Parece-nos também que, ainda em relação a esta matéria, o uso destas substâncias, não só em relação ao Glifosato, mas em relação a um conjunto de outras substâncias, de alguma forma similares, era importante uma comissão desta natureza, também poder realizar enfim, uma lista de fitofármacos a interditar em todo o país quando eles estejam numa situação de grave situação para a saúde pública não sejam não apenas o Glifosato usado ou que não se centrasse o debate em torno, única e exclusivamente do Glifosato.

Isto tem um histórico, tem um processo, cumpre lembrar que a Monsanto que tinha uma patente até 2001, depois a perdeu, e que entretanto foi comprada pela Bayer, que entretanto colocou no mercado um outro produto, o LIBERTY que é muito similar ao Glifosato, e que tem visto o negócio correr-lhe bem na exata medida em que o Glifosato vai perdendo mercado.

Mas há aqui um conjunto de situações que se devem acautelar. Acima de tudo é preciso ter uma perspectiva mais abrangente da realidade.

Em relação ainda, apenas referir apenas a greve climática. Parece-nos que da parte dos participantes da greve climática, estudantes de outros, aquilo que são, aquilo que seria, aquilo que foi, ou aparentou ser os valores e os princípios dominantes, daquilo que eram os valores que se pretendiam defender, e aquilo que aquelas pessoas quiseram defender, são valores generosos, importantes, de grande atualidade, de grande futuro também na nossa perspetiva, e que urge e faz sentido estar solidários com os valores, nomeadamente a defesa da Terra, a defesa do Planeta, enfim o futuro sustentável, saudável, uma vida melhor, melhor meio ambiente. Tudo isto parece-nos que são fatores e aspetos que provavelmente todos estaremos de acordo.

Nesse sentido estaremos solidários com a natureza dessa greve. Contudo não deixámos de registar duas ou três ideias. A primeira o aparecimento desta greve como veículo, com que meios, a forma como foi organizada a uma escala internacional que processos estão a ser utilizados, para além daquilo que é capacidade de intervenção do movimento estudantil e que portanto tem outras forças que também a desenvolveram.

E portanto, da nossa perspectiva, é muito importante assinalar, e que foi de alguma forma apagada que é a solução para os problemas ambientais. E portanto a solução não deve ser uma solução individual, mas sim uma solução que deve ser vista do ponto de vista colectivo, do ponto de vista de políticas públicas sobre estas áreas. Não será apenas por gestos individuais que se encontrarão soluções, mas sim com uma ação política em que os agentes políticos, a sociedade como um todo, tem de ter um papel determinante. E, naturalmente, não esconder aqui também a natureza dum sistema que tem uma natureza intrinsecamente predatória, não só sobre o outro homem, mas também sobre a natureza, sobre os recursos naturais, minerais e outros. E é muito importante desmascarar isto.

E estou aqui a falar naturalmente do capitalismo. Pela sua natureza, entrando em contradição, portanto, num conjunto de contradições que já tem, mas que entra em contradição com a própria sustentabilidade daquilo que é o planeta Terra, através do saque, da pilhagem dos recursos naturais do planeta, estando neste momento já num ponto em que a própria vida é ameaçada. E é muito importante assinalar isso.

É importante ver que os sistemas económicos dominantes não fazem parte das preocupações! Tenho dito."

Vogal Rita Batista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[037](#)

"Senhor Presidente, as propostas em relação ao Glifosato são em si a continuidade de um processo que o Bloco de Esquerda começou nesta Assembleia Municipal ainda no mandato anterior.

Queríamos que o Glifosato fosse erradicado do espaço público. Essa proposta foi chumbada na altura e num momento posterior devido ao tema ter sido lançado de uma forma massiva para a opinião pública, houve uma posição do Senhor Presidente da Câmara, em que revelando o que ainda havia de stock de Glifosato, anuncia que este seria abandonado quando esse stock se esgotasse.

Depois houve um reposicionamento devido a uma votação na União Europeia, pelo prolongamento da licença do Glifosato, não em toda a sua extensão, mas um prolongamento da proibição do glifosato no espaço europeu.

Obviamente por muita pressão do dos lobbies, ligados a esta indústria, que sabemos que é poderosa, mas também é de referir que há países europeus onde a utilização do glifosato já é proibida. Portanto nós não estamos aqui a inventar a roda. E, portanto o Bloco de Esquerda insiste nesta matéria porque diz respeito a todos nós. Diz respeito a todos nós enquanto comunidade, enquanto utilizadores do espaço público.

Porque não é uma matéria em que podemos dizer ou concordar que o Glifosato é utilizado e eu posso proteger-me deste produto, porque é utilizado de forma indiscriminada. E, portanto, se a minha escolha individual for não ter contacto com o Glifosato eu não tenho esse direito dessa escolha neste momento.

E, portanto, esta proposta vai nesse sentido. Primeiro porque consideramos que sendo um componente da análise a torna, aparecendo numa análise de uma água, as pessoas ficam mais alerta, ficam mais cientes do que isto significa. Porque o Glifosato, por processos, já sabemos, quer seja nos espaços públicos ou agricultura, por lixiviação as partículas são arrastadas para os lençóis de água, etc. e acabam na água que nós consumimos.

E, portanto as pessoas têm que ser alertadas e terem consciência de que esta presença do Glifosato é constante em tudo o que é o nosso quotidiano. E, por outro lado, não queremos que este assunto seja banalizado o relativizado.

Há uma incidência de cancro, de linfoma Não-Hodgkin em Portugal altíssima, que não existia há uns anos atrás, e há evidências científicas de uma relação entre o contacto com o Glifosato e o desenvolvimento deste tipo de linfomas.

Aproveito para lembrar que ainda há pouco tempo nos Estados Unidos, foi decretada uma sentença contra a Monsanto, de um funcionário de uma autarquia que processou esse gigante precisamente, porque, durante a sua vida trabalhou com este produto e desenvolveu um cancro e está agora em fase terminal e de deram-lhe razão.

E, portanto, não estamos aqui a discutir um assunto esotérico. Isto é uma realidade. Há evidências científicas. E deve prevalecer o princípio da precaução.

Se não há toda a evidência que alguns chamam a si de isso não é verdade, porque apenas é uma substância potencialmente cancerígena, deve prevalecer o princípio da precaução.

Precisamente, repito, porque não é uma escolha individual. Eu se quiser não contactar com o Glifosato não o posso fazer.

Em relação aos apiários comunitários, a questão das abelhas. É uma questão de biodiversidade. É uma questão de haver espécies de flora que podem estar em risco com o fim das abelhas e que pode ser uma realidade.

A questão da vespa asiática também já é uma realidade em Portugal e é uma realidade em Aveiro. E, portanto, podermos-nos munir de ações que possam de alguma forma contrabalançar e não agravar o peso desta espécie invasora na nossa fauna deve ser acatada.

Em relação à greve climática. Foi incrível o que aconteceu em Aveiro. Não se via um ajuntamento ou um engajamento de jovens por uma causa, há muito tempo.

Isto tem que ser um grito de reprovação do que tem sido as decisões ao seu mais alto nível. Quer seja do poder económico, quer seja do poder político para insistir num sistema que não é sustentável e que não vai manter o planeta. Já não é como a conhecemos, porque ele já está alterado, mas não irá por um caminho melhor, só tende a piorar. E vemos isso nos fenómenos climáticos, cada vez mais frequentes, mais robustos e, portanto, mais devastadores um pouco por todo o mundo.

E, portanto, partir isto dos jovens, esta ação coletiva, e haver um grito para uma exigência coletiva, passando por cima do que foi a tentativa de que todos somos responsáveis do que está a acontecer — que não é verdade. O que está a acontecer é fruto de um sistema que exige extrativismo. E, portanto, o lucro que se ganha desse extrativismo até não haver planeta. E, portanto, é de saudar esta iniciativa ter sido de uma forma global e ter sido encetada por jovens, que não olham para a realidade como algo que não possa ser alterado, como algo inevitável, e portanto, só nos pode encher de esperança. Disse."

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁸

"Muito obrigado Senhor Presidente. O Bloco tem insistido no tema do Glifosato de uma maneira que nos parece que tem um único objetivo — causar alarme social.

Tem o Bloco algum laboratório secreto nalgum bunker também secreto, onde os mais prominentes cientistas mundiais fazem as suas investigações e lhes transmitem as suas conclusões?

Os governantes mundiais devem ser quase todos inconscientes. Todos eles vendidos aos interesses de uma única empresa e com isso prejudicar as suas populações, que os elegem, por causa de interesses obscuros que só o Bloco conhece.

É citado pelo Bloco na documentação relativa a este ponto, o relatório da Agência Internacional para investigação sobre o cancro da OMS, que identificou a relação entre exposição ao herbicida e o linfoma Não-Hodgkin. Há realmente um caso, já foi referido, foi julgado nos Estados Unidos, num Tribunal de júri, convém salientar, em que a empresa produtora foi condenada a pagar uma indemnização à pessoa que foi exposta a este produto durante dois anos.

Bom, se dois anos são suficientes para este resultado, quantos milhões de agricultores por todo o mundo já morreram por esta doença por vítimas da exposição a este químico ao longo dos últimos quarenta e cinco anos. É pena que não nos digam esse número. É aqui citado um relatório que refere do potencial cancerígeno, mas há onze relatórios pelo menos que dizem que não é!?

Curiosamente, um dos quais, também do organismo da própria Organização Mundial de Saúde. E, portanto, quando se discute estes temas, convém citá-los todos. Porque aí talvez possamos tirar algumas conclusões. Há entidades de diversos países, nem todos são europeus, nem todos são americanos, partindo do princípio que haveria aqui uma defesa da empresa que originalmente produziu este produto químico. Temos a Suíça, a França, a Coreia, ao Japão, Austrália, Nova Zelândia, todos estes países têm organizações que não detectaram evidências expressas do potencial cancerígeno do Glifosato.

No Parlamento Europeu, eu estive a consultar o site da deputada do Bloco e não vi uma única referência a qualquer apresentação ou qualquer comentário ou qualquer discurso que ela tivesse feito sobre o tema. Se é assim tão importante e tão preocupante, então porque é que não é no Parlamento Europeu que estes assuntos são tratados com possibilidades de legislar imediatamente para o universo de toda a União Europeia e com obrigações legais para os governos de todos os países.

Em Portugal, segundo o que foi aprovado, o Glifosato só é perigoso junto das escolas e Hospitais, no resto do país pode-se usar de qualquer maneira. Mas se é tão grave o Bloco que apoia o Governo claramente nestes últimos anos não consegue convencer o Governo a decretar a proibição integral do uso desta substância.

E se falam de substâncias cancerígenas por que é que não proíbem o tabaco? Este sim, todos sabemos que é cancerígeno. Não há dúvidas. E também os fumadores passivos não têm vontade de ter doenças provocadas pelo tabaco, mas lá vão sendo obrigados a inalar o tabaco.

Era bom que o Bloco explicasse qual é o seu interesse neste caso. Porque algum tem. E não é certamente o da defesa do interesse público.

Por isso, nós no CDS não alinhámos neste tipo de alarmismo que o Bloco ou qualquer outro partido querem trazer com a inclusão destes pontos ou outros similares na agenda da Assembleia Municipal de Aveiro.

Se há entidades com poder para legislar neste sentido, não são nem a AdRA nem a Câmara Municipal de Aveiro.

Por isso é desprovido de qualquer fundamento este tipo de discussão nesta assembleia e, naturalmente, o CDS vota contra as duas propostas nesta matéria.

Relativamente à alínea c) abelhas e vespas. Deixamos de lado a questão das abelhas porque achamos que é mais um fait-divers daqueles que nos gostam de trazer aqui e vou preocupar-me com a questão da vespa asiática.

Vemos com muita preocupação a propagação desta espécie invasora. Mas vemos ainda com mais preocupação a ausência de uma política governamental no combate a esta praga. Pois não apenas com acções de âmbito municipal que o problema que existe pode vir a ser resolvido. Uma vez mais recomendamos ao Bloco que trate este assunto junto do Governo que apoia, de modo a que possa existir uma solução de âmbito nacional.

Por último e relativamente à greve climática. Sinceramente não percebemos uma saudação a uma manifestação que em Aveiro juntou cerca de 100 estudantes num universo de 15 mil! Isto é um fracasso não é sucesso nenhum. Por outro lado, nós no CDS, achamos que uma greve estudantil poderá fazer sentido se for relativamente a um problema da Escola, das instalações, de falta de professores, etc. Agora, faltar às aulas para fazer uma greve, quando essa mesma greve pode ser feita no fim do período das aulas, achamos que é inadmissível.

E, portanto, naturalmente, não saudamos esta manifestação no modo como foi feita. Até porque sabemos que em muitos outros sítios a manifestação foi feita sem qualquer greve e as pessoas não deixaram se manifestar. Disse."

Vogal Joaquim Simões (PS)⁰³⁹

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴⁰

"Brevemente. O Bloco ensaia isto e faz este ensaio pelo país fora. Sejam as Câmaras Socialistas ou Social-democratas ou Comunistas. Só para dizer o seguinte. Alguns temas têm relevância como é evidente. Aliás, a intervenção do PCP focou isso e também a do CDS. E esta coisa do Glifosato há depois aquela coisa do enquadramento autárquico que temos que perceber. O Senhor Presidente diga lá se ainda gasta o químico ou não?

Nem sei se vai intervir na discussão ou não, mas se intervir diga isso. E segundo, se na sua opinião será caro ou não fazer alguma influencia junto da AdRA no sentido de fazer este despiste na água a este químico. Portanto só queria saber estas respostas, basicamente. Porque é aquilo que mais me preocupa. Que mais preocupa não. Tem a ver com a questão da política nacional e da política regional. Isto tem esta influência objetivamente. Eu sou membro de uma Assembleia Municipal que tem determinado número de competências, eu próprio tenho competências definidas na lei, não me alheio dos problemas como é evidente, mas um voto de saudação à greve climática bem, também alinhio ali com o Filipe. Também não sei a que ponto como foi a organização do próprio evento. Portanto sou solidário com o tema em si, não sei se sou solidário com a greve propriamente dita na forma como foi organizada. Estamos a saudar o quê? Os grevistas, quem organizou, quem participou. Ou estamos a saudar só os valores? Ficamos sempre na dúvida. Peço desculpa não é nenhuma suspeita de princípio com o Bloco de Esquerda, mas às vezes dá vontade."

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴¹

"Boa noite a todos. Este assunto do Glifosato e como digo da Senhora deputada, Rita Batista, tem sido realmente um assunto que ela tem aqui trazido várias vezes e depois tem passado pelas Assembleias de Freguesias onde o Bloco de Esquerda tem representação.

E vai continuar. O Bloco de Esquerda continuará a fazer esta agenda. E até quando? Até ao momento que consiga na Assembleia da República e no Parlamento Europeu, que os

seus deputados façam aprovar legislação e a partir daí acaba este teatro que nós temos vindo a assistir e que vamos continuar a assistir no futuro.

Bloco de Esquerda pretende com isto alimentar o seu populismo, o seu protagonismo, ou então desconhece em absoluto a realidade do país. Eu quero acreditar que é mais um desconhecimento da realidade do país. E porquê? Não lidera uma Câmara Municipal. Não lidera uma Junta de Freguesia. Não lidera uma Assembleia Municipal. Não tem responsabilidades directas com as populações e as suas realidades. Daí que eu insistir que é apenas alimentar um protagonismo. Enfim, é uma transfusão de sangue que quer incutir no seu corpo, na sua alma, e pronto nós vamos passando aqui uns maus momentos uns bons momentos, como quiserem interpretar.

Bem seria se nós pudéssemos fazer (e muito bem) o Partido Comunista Português que arranjou um rebanho de ovelhas para a quinta da Atalaia e mantém a limpeza. Mas nós não podemos fazer isso. E portanto, a manutenção das ervas nos passeios exige que continuemos a usar o Glifosato. Mas com os cuidados que são exigidos. É preciso ter os avisos publicados, é preciso ter os cuidados que estão no regulamento e que nós temos que ter, é preciso que o pessoal que aplica o Glifosato tenha os cuidados que deve ter, e que seja aplicado quando as condições climáticas o permitem. Isto é, fazê-lo com as precauções próprias. Com o devido cuidado a aplicação de Glifosato não é assim tão perigoso como querem fazer passar.

E para terminar, dizer que nós temos uma especialista na nossa Universidade de Aveiro, que diz que o Glifosato quando aplicado com as regras que a lei determina, não é perigoso. Muito obrigado."

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴²

"Obrigado Senhor Presidente. Naturalmente que esta questão do glifosato é uma questão que é controversa. Há estudos para os dois lados. Eu posso dizer que sou aplicador de herbicida há 50 anos. Portanto e antes de ser aplicador herbicida se calhar deveríamos voltar a isso, todas as mondas se faziam manualmente. E se acabássemos com os herbicidas teríamos mais gente no meio rural, para conseguirmos a tratar das culturas. Mas voltando à questão do Glifosato, dizer que é controverso. E perante esta controvérsia era importante que isto fosse resolvido a nível nacional. E eu lamento esta afirmação do Senhor deputado representante do PAN e também do Bloco de Esquerda, que tentaram já junto da Assembleia da República que esta lei fosse executada e não o foi. Então se os senhores votaram a favor têm que pôr as culpas ao Partido Socialista. Se o Glifosato existe no país, o único culpado aqui é o Partido Socialista.

Porque se o Partido Socialista atendesse às vossas reivindicações, às vossas propostas, já não havia Glifosato em Portugal. E, portanto, é aí senhora deputada que o Bloco de Esquerda e já agora o PAN, devem influenciar quando estão leis importantes do país, e que ponham como condição para aprovação de determinadas leis, que esta também seja aprovada e resolve-se o problema a nível nacional.

Queria dizer também, que fui abordado por vários cidadãos de Aveiro sobre a primeira alínea. Dizendo, mas será que a água que nós bebemos, que nós consumimos, está infestada de Glifosato? V. Exas estão a causar um alarme social injustificado em Aveiro e no país no seu conjunto. Porque

Vocês têm todas as armas para resolverem esta questão, portanto façam-no.

Sobre a questão da Apicultura. Meus senhores, deixemo-nos de conversa. Eu já tratei da resolução de alguns ninhos de vespa-asiática. Já os eliminámos.

Com quem? Com as associações dos Apicultores. Não há cá essa questão das comunitárias. Falem é com as associações dos Apicultores que eles sim são as pessoas indicadas para ajudar ou para resolver essa questão que é importante.

A questão é importante, mas saibam que eles são os maiores prejudicados e fazem muito para tentar resolver a questão da vespa-asiática, porque ela própria lhe destrói algumas colmeias.

Relativamente à saudação da greve pelas alterações climáticas. Era melhor que os nossos jovens na prática, na sua vida diária, trabalhassem antes de andar na rua a publicitar quando depois na prática fazem exatamente ao contrário na sua vida diária."

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴³

" Sobre estas propostas gostaria de deixar algumas questões ou deixar algumas questões designadamente sobre o Glifosato.

A saber, a sua utilização é legal ou não? O que diz a lei do país? O que diz o Governo do Partido Socialista apoiado pelo proponente desta proposta, sobre a utilização deste herbicida?

Sobre as análises à água para que a AdRA faça as análises sobre este produto! Então, mas porque ao Glifosato e não aos outros produtos. São opiniões do Bloco de Esquerda e não mais que isso.

Mas então o Bloco de Esquerda acha que a água que sai da torneira tem vestígios de Glifosato? Ou está a penas a lançar a dúvida e o alarme público sobre este assunto?

A lei determina que esta análise seja feita? Não. Então, mas que credibilidade tem o Bloc de Esquerda nesta área que a ciência ainda não descortina para impor a realização desta análise?

Sobre as abelhas e sobre a criação de apiários comunitários. Ok, as abelhas são aperfilhadas para se saber quem é o dono? Então e no dia de tirar o mel? Quem é que marca o dia para tirar o mel? Marca-se o dia ou tira-se senha?

Nesta bancada votaremos contra estas propostas, porque elas fazem parte de uma estratégia política, de uma agenda política, e não de uma vontade de ajudar a resolver o problema.

Sobre a greve climática. Nunca nesta bancada podemos apoiar uma greve às aulas! Nunca nesta bancada podemos apoiar uma greve às aulas para fazer seja o que for, muito menos algo que não esteja ligado ao seu fim. Os estudos. Não foi greve contra os professores, não foi greve contra os programas lectivos, não foi greve contra as condições das escolas. Foi uma greve às aulas favorecendo a mediocridade estudantil, o abstencionismo aos estudos, e o apoio ao não estudar.

Por outro lado falar de êxito nesta manifestação onde em Aveiro temos cerca de 15 mil estudantes, a manifestação teve quase cem. Só podemos falar num fracasso.

Deixamos a dica aos estudantes e aos jovens, que sempre que quiserem marcar manifestações sobre assuntos não ligados à escola que as marquem para dias de folga, para Sábados, para Domingos, ou horas que não coincidam com o seu estudo."

Presidente da Mesa⁰⁴⁴

Vogal Rita Batista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴⁵

"Obrigado Senhor Presidente. Começar por responder ao Senhor deputado Jorge Greno, dizendo que, obviamente o Glifosato não é o primeiro pesticida que se pretende seja proibido.

Aliás, a união europeia tem todo um historial substâncias em que sofreu processos às vezes longos, até se conseguir a sua proibição. Uma delas foi precisamente os pesticidas neonicotinoides. Em que a Ministra da Agricultura na altura, Assunção Cristas, ficou do lado da minoria a favor da continuidade da utilização destes pesticidas. Atualmente é proibido a nível europeu e Assunção Cristas votou contra essa proibição. E, portanto, quando se vem aqui falar de trabalho da União Europeia ou de quem representa o nosso país, o quem representa quem vive no nosso país, é importante que a memória seja tão longa quanto isto e perceber que, também em relação ao Glifosato isto é um processo e vai acabar na proibição.

São várias as campanhas que se têm tido a nível europeu. A Marisa Matias participou numa delas, precisamente como voluntária, para determinar se teria Glifosato no seu organismo. E obviamente que em todas as votações em que foi chamada votou contra a continuidade da utilização deste herbicida.

Convém lembrar a todos os que falaram aqui das análises que a análise que é elaborada pela AdRA já contempla a despistagem de vários pesticidas. Mais uma vez não estamos a inventar a roda. Simplesmente queremos que o Glifosato seja incluído nessa análise a compostos químicos que possam estar na água.

E não é uma questão de alarmismo! O que vocês vêm aqui dizer é que "o que não se sabe não nos faz mal". E portanto, se as pessoas continuarem na ignorância do Glifosato na água que consomem está tudo bem e a nossa vida é espectacular porque não temos que nos preocupar com aquilo que não sabemos. Nós discordamos. Achamos que as pessoas devem ter o direito de saber a qualidade dos bens de consumo essenciais que lhe chegam à sua casa, e devem ter uma posição consciente em relação à qualidade, nomeadamente, da água que lhes chega à casa todos nós.

Em relação ao estarmos a fazer teatro. Senhor Presidente de Junta, isto não é um teatro. Não estamos a inventar nada. Várias substâncias já foram proibidas todas elas sofreram processos semelhantes a este. Obviamente que vai sempre haver quem ache que mantendo tudo igual, estaremos bem. Nós consideramos que deve valer o princípio da precaução. E não havendo uma posição clara quanto à segurança do Glifosato este deve ser abandonado até prova em contrário. Não é dizer, ele é bom, até se provar que, afinal morreram não sei quantas pessoas, por contacto com esta substância.

Ao dizer que esta assembleia não tem uma palavra a dizer sobre o assunto! Então se temos um instrumento que nos permite tomar uma política local de prevenção de saúde pública, de proteção da população, vamos estar à espera que a diretiva venha dum plano nacional! Temos ou não autonomia para que esta medida seja aprovada aqui e seja aplicada aqui? Temos. Há alternativas ou não à utilização do Glifosato? Há. Nomeadamente munda térmica. Existe noutros municípios. Dizer que é mais caro, pôr um critério economicista em cima de um critério de saúde pública, de saúde da população, é irresponsável.

Nós achamos que não e não alinhámos nessa irresponsabilidade. E não alinhámos nessa negligência. Se a direita assim o faz por ela terá que ir continuando a responder.

E para terminar. Só dizer que em relação à greve climática, que é incrível o moralismo com que a direita, tanto PSD e CDS se dirigem aos jovens. Quer dizer, por um lado são jovens que são os alienados, não querem saber de nada, não se interessam por nada. E depois num momento em que se unem em torno de uma causa que diz respeito a todos, não é só a eles, é a todos enquanto humanidade, são apelidados de fracasso. É o desprezo total pelos jovens que vivem em Aveiro e que se mobilizam por uma causa que têm efeito na vida deles e têm efeito na vida de todos nós. E portanto só temos que lamentar esta posição tanto do PSD como do CDS."

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou⁰⁴⁶ à votação a Proposta de Recomendação: a) -Inclusão de análise à presença de Glifosato na água destinada ao consumo humano (abastecimento de água), sendo a mesma rejeitada, com dezanove votos contra (PSD13+CDS6), nove abstenções (PS8+PCP1), quatro votos a favor (PS1+BE2+PAN1).

De seguida, o Presidente da Mesa colocou⁰⁴⁷ à votação a Proposta de Recomendação: b) - Por Aveiro, um município sem Glifosato nos espaços públicos, sendo a mesma rejeitada, com dezanove votos contra (PSD13+CDS6), dez abstenções (PS9+PCP1), três votos a favor (BE2+PAN1).

Continuando, o Presidente da Mesa colocou⁰⁴⁷ à votação a Proposta de Recomendação: c) - Medidas de proteção das populações de abelhas e criação de apiários comunitários, sendo a mesma rejeitada, com vinte e um votos contra (PSD13+CDS6+PS2), oito abstenções (PS7+PCP1), três votos a favor (BE2+PAN1).

Por último, o Presidente da Mesa colocou⁰⁴⁸ à votação a Proposta de Recomendação: d) - Voto de saudação à greve climática estudantil, sendo a mesma rejeitada, com dezanove votos contra (PSD13+CDS6), dez abstenções (PS9+PCP1), três votos a favor (BE2+PAN1).

Seguiram-se as declarações de voto dos seguintes deputados:

Vogal Rui Alvarenga (PAN):⁰⁵⁰

"O PAN votou a favor de todas as propostas porque continua a reiterar a grande preocupação em relação ao Glifosato e a sua utilização.

Relativamente às abelhas por se saber do valor que têm. É oitenta por cento da polonização das nossas culturas, parece que escapou esta importância. O CDS é pelo extermínio de tudo o que é animal, natureza, animais.

E a última porque de facto as greves são o "grito do Ipiranga" se quiserem, dos nossos jovens que de facto estão a olhar muito mais longe do que os nossos adultos governantes."

Vogal Filipe Guerra (PCP):⁰⁵¹

"Faria só uma declaração de voto a propósito da "saudação à greve climática" para reforçar a ideia do PCP. A primeira é que, estamos solidários no que é o essencial no quadro de valores manifestado pelos participantes na greve contra as alterações climáticas. Contudo não votámos favoravelmente porque estamos contra aquilo que é a instrumentalização por parte de vários sectores daquilo que é uma justa preocupação por parte de muitos estudantes.

Terminava concluindo com esta ideia de que estamos solidários com aquilo que são os valores essenciais e com as pessoas que participaram, porque nos parecem valores justos e correctos e com valor. Mas naturalmente estamos contra com aquilo que foi a instrumentalização de um processo alicerçado em boas ideias, mas que no essencial acabou por não acertar nos alvos. Tenho dito."

Vogal Joaquim Simões (PS):⁰⁵²

"Votei a favor da alínea a) porque faz todo o sentido dado a utilização pela agricultura maciçamente deste produto, que fosse despistado nas análises da água. Obrigado"

Vogal Francisco Picado (PS):⁰⁵³

"Relativamente às alíneas a) e b) o Partido Socialista absteve-se porque apesar de reconhecer a relevância da questão e das propostas terem trazido mérito, achamos que do ponto de vista da eficácia das mesmas em termos de abordagem elas são absolutamente inconsequentes. E portanto requerem outro tipo de abordagem que não esta que o Bloco de Esquerda tem utilizado.

Relativamente à alínea c) enfim também no abstivemos porque efectivamente não é uma questão que mereça tanta relevância quanto isso.

Quanto à alínea d) e relativamente à questão das greves às aulas (e respeitando o direito de quem faz greve) nos entendemos que do ponto de vista das alterações climáticas se calhar há outras metodologias e outras abordagens do ponto de vista do ensino que possam surgir com muito mais efeito do que esta greve isolada sem outros complementos."

Vogal Jorge Greno (CDS):⁰⁵⁴

"Apenas relativamente à alínea d) porque houve quem não percebesse. Nós referimos o fracasso da greve em Aveiro. Porque não se pode dizer que é sucesso quando se junta cem pessoas num universo de quinze mil."

Não havendo mais intervenções, nos termos do número 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, o Presidente da Mesa da Assembleia colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da ata respeitante a esta reunião, não se verificando oposição.

Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão⁰⁵⁵ não se verificando intervenções.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

De seguida o Presidente da Mesa deu por encerrada⁰⁵⁶ a Sessão Ordinária de Abril de 2019.

Eram 00:40 horas do dia 06 de Abril de 2019.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, nos termos do disposto no artigo 45.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, responsável da subunidade da estrutura orgânica de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(4:10)